



A Nação
JORNAL INDEPENDENTE

Auditoria à Federação de Basquetebol

Comissão de gestão encontra **cofres vazios**

Pág. 2

Cabaz de Natal à moda crioula

Pág. 4 e 5



Maria João Novais
Reflexões sobre a posição pública da OACV Pág. 16

João Baptista-Vieira
Os efeitos deletérios da polarização política Pág. 14



Antecipação do Jornal A Nação

Em virtude do feriado de Fim de Ano, o fecho da próxima edição do Jornal A NAÇÃO será antecipado para Terça-feira, 30 de Dezembro. Pelos eventuais transtornos causados pedimos desculpas e compreensão. A Direcção

Auditoria à Federação Cabo-verdiana de Basquetebol

Comissão de gestão encontra cofres vazios

A Comissão de Gestão (CG) da Federação Cabo-verdiana de Basquetebol (FCBB), liderada por José Semedo, está a enfrentar dificuldades para pagar despesas correntes devido à falta de verbas. Enquanto isso, Hélder Gonçalves, que foi “destituído” do cargo de presidente da FCBB, diz que, a CG não tem competências para mandar auditar as contas da federação.

Daniel Almeida

A CG da FCBB já mandou efectuar uma auditoria independente às contas dessa federação alegando haver indícios de gestão danosa dos recursos financeiros dessa instituição. José Semedo confirmou, ao A NAÇÃO, a realização dessa auditoria independente, mas escusou-se em avançar com pormenores.

De acordo com uma nota enviada ao Instituto do Desporto e da Juventude (IDJ), a que A NAÇÃO teve acesso, a CG solicita o apoio dessa instituição para a averiguação financeira dos contratos-programa.

O documento esclarece que foram realizadas diligências junto das instituições bancárias com as quais a FCBB mantinha relações e que, após recepção dos extratos bancários referentes ao período de Abril de 2025 a Dezembro de 2025, constatou-se, que a conta na Caixa Económica tinha pouco mais de mil e quinhentos escudos e a do BAI apenas 487\$00.

“Este cenário demonstra que a Direção destituída em 01 de Novembro de 2025 movimentou as contas até o dia 03 de Dezembro de 2025, realizando transferências avultadas, sem que, até ao momento, tenhamos recebido



quaisquer informações ou justificativos sobre a natureza e destino dessas despesas”, realça a nota.

A CG considera ainda que “tal situação torna extremamente difícil apurar o que foi liquidado, a quem e com que fundamentação, comprometendo a transparência e a prestação de contas da FCBB”.

Contudo, de acordo com uma fonte próxima do processo, a direcção da FCBB presidida por Hélder Gonçalves recebeu 3900 contos do IDJ para a realização do campeonato nacional – “que não realizou”, e, no entanto, “não foi encontrado nenhum centavo no cofre da Federação para a realização dessa prova”.

Por outro lado, consoante o nosso interlocutor, o IDJ depositou cerca de sete mil

contos para o Afrobasket e, “também, não está lá dinheiro nenhum quando se sabe que: parte desse montante era para pagar o estágio da equipa em Paris e no entanto tem-se uma dívida de 26000 euros em Paris”.

“Parte desse montante era para pagar o estágio que a equipa fez em Rio Maior e no entanto a dívida lá é de 32.000 euros, ou seja saíram sem pagar; o alojamento em Angola durante o Afrobasket foi pago directamente pelo IDJ à Federação Angolana de Basquetebol; as passagens para Angola foram pagas directamente pelo Comité Olímpico Cabo-verdiano (COC) no montante de 50.000 dólares”.

Perante essa “contabilidade” a nossa fonte diz que a questão que se coloca “é onde

é que foram parar os sete mil contos disponibilizados pelo IDJ?”, porquanto “ainda não prestou contas”.

Hélder Gonçalves diz que FCBB foi “assaltada” pela CG

Contactado pelo A NAÇÃO o “destituído” presidente da FCBB, Hélder Gonçalves, começa por dizer que não reconhece qualquer legitimidade da CG, que, no seu entender, “não tem competências” para mandar auditar as contas da federação.

“Fomos eleitos dentro dos preceitos estatutários e, por isso, temos toda a legitimidade para gerir a FCBB”, nomeadamente, “na movimentação das suas contas”.

Para Gonçalves, todas as acções da direcção da FCBB,

que diz continuar a presidir, “foram feitas dentro do quadro da legalidade e as contas serão apresentadas ao IDJ e não à CG, que não tem legitimidade para dirigir a federação e muito menos fazer auditoria às contas”.

Hélder Gonçalves justifica as transferências para contas pessoais com a necessidade de agilizar processos, nomeadamente com a compra de bilhetes de passagem, porquanto, “o cartão Visa da FCBB não funcionava”.

Garante, por outro lado, que continua a ser o único representante legal da FCBB, por considerar que a Comissão de Gestão “foi criada de forma ilegal”. Esclarece, no entanto, que interpôs uma acção no Tribunal, por considerar que a FCBB foi “assaltada” pela CG.

impar.cv

Feliz
Natal

*Agradecemos a sua confiança
ao longo do ano.*

Em **2026**

*Renovamos o nosso compromisso
em proteger o que mais importa.*

Impar

**Segurando Cabo Verde.
Desde 1992, para sempre.**

Cabaz de Natal à moda crioula



Em meados de Novembro, as cidades começam a ganhar novas cores. Vestem-se de luzes, novos adereços e, claro, prateleiras estrategicamente montadas para captar a atenção dos amantes dos festejos de Dezembro. Sabendo disso, os importadores tudo fazem para que a mesa dos caboverdianos seja farta e diversificada. Os contentores devem chegar a tempo por este ser o período do ano em que as compras disparam.

E atenção, nos dias que correm, o chamariz já não fica cativo nas prateleiras. Ela adentra-se pelo mundo digital, sobretudo através das redes sociais, fazendo com que as ofertas cheguem,

cada vez mais cedo, a todo o tipo de público-alvo.

É certo que os preços não estão os mais acessíveis, mas há sempre quem esteja disposto a pagar – como nos confessa uma funcionária de um supermercado da Cidade da Praia, enquanto arruma garrafas de vinho numa prateleira.

Inevitavelmente, para lá da celebração do nascimento de Jesus, o Natal e a noite de 24 de Dezembro tornaram-se símbolos de festa e família reunida à volta da mesa. Nosso habitual cabaz de Natal deixa um cheirinho daquilo que o mercado oferece e uma ideia quanto precisará desembolsar no recheio da Ceia.

Natalina Andrade

Do leitão ao peru, do cabrito ao bacalhau, passando pelo pato e até ao frango, quem deseja montar uma mesa de natal a rigor depara-se com uma variedade de opções e de preços, para quase todos os gostos e bolsos. O menu vai depender apenas do gosto individual e, claro,

da dotação orçamental desta época para lá de consumista.

“É uma vez por ano, vale a pena fazer um esforço, dentro das nossas possibilidades, para celebrar, não só este momento, mas também o facto de termos chegado ao final de mais um ano com vida e saúde, tendo a família

por perto. Vale a pena”, confessa uma consumidora.

Carnes

Naquilo que respeita às carnes, entre as presenças indispensáveis na mesa da ceia estão o peru, o leitão,

pato, cabrito e o frango.

Os preços que aqui apresentamos foram encontrados em supermercados e talhos essencialmente da Praia e do Mindelo, mas eles podem variar, dependendo do local, da loja do fornecedor.

Um peru de 3,2kg, por exemplo, está a 3250 escudos, uma média de quase mil escudos por kg. Já o pato de 2kg está por 2115 escudos, o frango a 440 escudos/kg. O leitão está a uma média 880 escudos/kg e o cabrito está por uma média de 800 a 900 escudos/kg.

Para além dos mais óbvios, as pessoas procuram também lombo de porco (775 escudos/kg), lombo de novilho (1890 escudos/1,5kg), entre outros.

Bacalhau

Importado da tradição portuguesa, o bacalhau ganhou lugar de destaque na tradição de Natal também em Cabo Verde. Um produto versátil, com inúmeras possibilidades de confecção, ela pode ser encontrada na grande maioria dos supermercados, mas também nos mercados de verdura, e na Sucupira.

A oferta varia entre lombo de bacalhau (2831 escudos/kg), posta de bacalhau (1943 escudos/kg), migas de bacalhau (1270 escudos/kg), postinha de bacalhau (890 escudos/800g), chegando também a salgados congelados, como rissóis e croquetes.

Directo para a mesa

A ceia na noite de 24 de Dezembro, um dia de trabalho normal para a maioria das pessoas, é também sinónimo de esforço redobrado e alguma dor de cabeça para quem tem a responsabilidade de montar a mesa.

Pensando nisso, há opções de pratos confeccionados, sobretudo assados, cujos pedidos podem ser feitos com antecedência em diversos restaurantes.

Na Praia, pode-se encontrar leitão inteiro assado, de mais ou menos 5kg, por dez mil escudos, mas também peru, a 5500 escudos/3,5kg e pato a 4600 escudos/2,3kg.

Para além das carnes e do bacalhau, entre os elementos indispensáveis para mesa estão o azeite, que pode ser encontrado a partir de 500 a 800 escudos litro.

Na confecção dos pratos e doces, entram ainda os ovos, um produto que costuma escassear nesta época do ano, havendo, por vezes, um limite de ovos vendidos a cada cliente. Um jeitinho crioulo para não deixar ninguém de fora? Talvez. Porém, a escassez também traz consigo o aumento dos preços. Assim, nas vésperas do Natal, o ovo já está a uma média de 750 escudos/paquete de 30 unidades. E há quem esteja a vender a unidade por 45 escudos!

Frutos secos podem ser encontrados em sacos de 150g a 250g, sendo que os figos estão a 520 escudos, ameixas a 285 escudos, alperces a 425 escudos e uva passa a 150 escudos.

Bebidas

Ao contrário dos pratos e doces de Natal, que são muito específicos, as bebidas já entram na festa de forma indiscriminada. Muito apreciado, o Vinho do Porto pode ser encontrado a uma média de 1700 escudos e o licor beirão entre 1200 a 3800, em algumas lojas. Vinho branco, tinto e verde podem ser encontrados desde os 600 escudos.

E se o bacalhau for nacional?

Não. Não temos bacalhau nas águas quentes de Cabo Verde. Porém, temos peixe seco de grande qualidade e das mais variadas espécies. Com uma pitada de ousadia, pode-te ter um prato semelhante ao bacalhau, sem gastar muito, e com produtos nacionais. Confira a receita abaixo, do Nham Nham - Sabores de Cabo Verde.

Djeu seco com natas

Ingredientes

1kg de djeu demolido
1 kg de batata cortada em cubos
2 cebolas médias cortadas em rodela meia-lua
3 dentes de alho picados
1 folha de louro
125 ml de azeite
40g de manteiga
40g de farinha
250 ml de leite
250 ml de natas
Sal q.b.
Noz-moscada q.b.
Pimenta q.b.
Gotas de limão
Queijo ralado q.b.

Preparação

Numa panela com água coza o peixe durante 5 minutos.
Reserve 200 ml de água da cozedura para fazer o molho béchamel.
Depois do frio, limpe o Djeu de peles e es-

pinhas e desfie-o em lascas.

Frite as batatas em óleo quente e coloque-as num tabuleiro com papel absorvente.

Num tacho leve ao lume a manteiga e deixe aquecer. Junte a farinha e mexa muito bem. Enquanto mexe, junte aos poucos a água de cozer o Djeu, o leite e as natas. Quando começar a ferver, tempere com sal, pimenta, noz-moscada e umas gotas de limão. Mexa e apague o lume.

Num outro tacho, leve ao lume o azeite, as cebolas, os alhos picados e a folha de louro. Quando a cebola estiver dourada, junte o peixe, mexa e deixe refogar um pouco. Passado alguns minutos, retire a folha de louro, junte a batata frita e envolva bem. Junte 2/3 do molho béchamel, mexa bem e apague o lume.

Pincele um tabuleiro com azeite, coloque o Djeu e espalhe-o bem.

Por cima espalhe bem o restante molho e polvilhe com queijo ralado.

Leve a gratinar em forno pré-aquecido aos 220° entre 15 a 20 minutos.

E pronto. Um "bacalhau" genuinamente cabo-verdiano, que não deixa nada a desejar.



Neste tempo de paz, celebramos o que mais importa: pessoas, afetos e sonhos, que cada abraço seja destino e cada sorriso, partida. A Praiatur deseja Boas Festas cheias de encanto, emoção e viagens inesquecíveis.



Natalina Andrade

Outros natais longe da cidade grande



“Na nossa sala não havia uma árvore de Natal. Quando muito, um postal com um Pai Natal desenhado na capa, enviado por um ente querido no estrangeiro, que cantarolava uma melodia natalícia sempre que o abríamos. E o abríamos repetidamente até secar a pequena pilha.”

Alguém me perguntou como é a festa de Natal na minha aldeia. E absorvida que estou pelo Natal da “cidade grande” quase deixei escapar que não há festa de Natal na minha aldeia. De facto, onde nasci e cresci até chegar à maioridade, no interior de Santo Antão, entre montanhas imponentes e vales verdejantes, não se faz o Natal da cidade grande, da azáfama nas lojas de presentes, muito menos da corrida aos perus, ao pato e ao leitão.

Na minha aldeia não há ceia de Natal às 00 horas do dia 24, não há praça decorada para levar as crianças a ver o presépio do menino Jesus – nem praça tem -, não há luzes nem sinos pendurados pelas ruas. Na verdade, muitas vezes falta a luz do poste e da lâmpada da sala. Assim, em vez de confraternizar ao redor da mesa, vai-se mais cedo para a cama. Porque em época de muito consumo na cidade, alguém precisa pagar o pato, já que a potência disponível não chega para todos.

Na minha terra, no Natal, também não há resquícios da

habitual corrida aos ovos que por esta altura, na cidade grande, parecem ser banhados a ouro. Ali os ovos são apanhados na capoeira ao lado, assim como o frango.

Mas, sim, há Natal na minha aldeia. Há lá um espírito natalício que transcende o material. Uma das memórias mais vivas que tenho do Natal e que ainda hoje me arranca suspiros de nostalgia são as “cantarolas” do vizinho logo cedo, quando chega para dar as “boas festas”, num coro que sempre mereceu a minha atenção, sem entretanto nunca o ter decorado na íntegra.

Daquilo que me vem à memória, era qualquer coisa como: “Boas festas, felizes por muitos anos. Que cheguemos ao próximo ano, no dia de hoje, com mais gosto e alegria, com menos pecados e serviço a Deus”. Claro, dito no crioulo mais puro, música para os meus ouvidos.

Era quase que uma obrigação, mas regada de muito gozo, sair de porta em porta a dar as Boas Festas, fortalecer os laços de boa vizinhança e até mesmo

esquecer as desavenças, quando elas existiam.

Um pedaço de bolo? Talvez! Mas também um pedaço de cus-cuz com mel de cana e queijo de terra. Papa de milho com leite de cabra, um prato de feijão verde ou guisado de cabrito, cuja carne não foi adquirida nas prateleiras de um talho, senão produzida em casa, ou comprada ao vizinho do lado.

Hoje me perguntaram como é o Natal na minha aldeia. E me veio à memória as recordações de um Natal feliz, sem presentes embrulhados, mas regado de muita alegria.





Na nossa sala não havia uma árvore de Natal. Quando muito, um postal com um Pai Natal desenhado na capa, enviado por um ente querido no estrangeiro, que cantarolava uma melodia natalícia sempre que o abríamos. E o abríamos repetidamente até secar a pequena pilha.

Hoje me perguntaram como é a noite de Natal na minha aldeia. Que prato confeccionamos? Bem. Na minha aldeia não há perus de Natal. Nem bacal-

lhau importado. Há um vizinho que mata um porco, uma cabra ou um cabrito, e toda a gente vai lá comprar carne para o almoço do dia 25. Na véspera, papas de milho com leite de cabra. Esse último, tradição antiga e que hoje, certamente, já não vai a muitas mesas.

A bem da verdade, hoje, na minha aldeia, há muitas mesas que sequer recebem um prato, seja do que for. Muitas portas que não se abrem mais. Janelas com teias de aranha. O motivo? O que vai acontecendo um pouco por todo o nosso Cabo Verde. Zonas inteiras despovoadas, seja pela emigração, seja pela migração entre as ilhas. Vão ficando – e resistindo – apenas os mais velhos, que da vida já não esperam muito mais do que sossego e a tranquilidade da sua pacata aldeia.

Seja na aldeia ou na cidade grande, que não percamos de vista o essencial, que é aquilo que sobra quando, em Janeiro, a árvore é desmontada e engavetada à espera de um próximo Natal. Um Natal feliz e um ano novo próspero para todos.

    www.bancobai.cv

Já pediu o seu presente ao BAI Natal?

Ficamos à escuta.
Alguns sonhos precisam apenas
de um pouco de confiança
para ganhar futuro.

O Banco BAICV
deseja *Boas Festas*



Influencer Alexandre Barbosa leva “Natal Feliz” a crianças do interior de Santiago

A mobilização nas redes sociais para causas sociais vem sendo uma tendência crescente, e Alexandre Barbosa, natural da ilha do Fogo, mas com grande vivência na Praia, Santiago, e radicado em Portugal, aposta nisso para inspirar influenciadores e cidadãos a fazerem a diferença no país.

A trajetória de Alexandre no mundo digital começou há quase seis anos, quando iniciou sua carreira como comediante, através de vídeos. Actualmente, com mais de 92 mil de seguidores no Instagram, acredita que esse alcance nas redes sociais representa uma voz forte, reflectindo as conquistas e o apoio de milhares de pessoas que o admiram.

Este ano, ao observar de perto a realidade difícil de muitas famílias durante as festas natalícias e do fim do ano, cresceu nele a convicção de que “quem tem, deve ajudar”. Com isso, decidiu lançar o projecto “Natal Feliz”, um movimento que visa distribuir presentes para crianças cabo-verdianas que, muitas vezes, passam o Natal sem nenhuma celebração.

Apoio de outros influenciadores

O projecto conta com o apoio de vários outros influenciadores cabo-verdianos, tanto em Cabo Verde quanto na diáspora, além da colaboração de pessoas anónimas que se uniram a Ale-



Alexandre Barbosa, um influenciador digital de 27 anos, radicado em Portugal, idealizou o projecto Natal Feliz para tornar mais festiva a vida várias crianças do interior de Santiago, que, como diz, não têm a oportunidade de receber presentes durante este período natalício. Alexandre tem utilizado a sua arte para promover mudanças sociais significativas no país.

Cláudia da Cruz

xandre para juntos fazerem a diferença na vida das crianças contempladas por esta acção de boa-vontade.

Até o momento, o Natal Feliz arrecadou mais de 100 mil escudos em doações de presentes e a expectativa é

de que mais recursos sejam colectados até as vésperas do Natal, permitindo que ainda mais crianças sejam contem-

pladas com algo especial nesta época festiva.

Com um planeamento cuidadoso e um espírito de inspirar outros a engajarem em acções semelhantes, a distribuição dos presentes será feita em várias localidades de Santiago, levando não apenas presentes, mas também uma mensagem de esperança e amor, a qual Alexandre acredita que o mundo carece.

Alexandre acredita que iniciativas como estas têm o poder de criar uma mudança duradoura, especialmente ao promover uma cultura de ajuda mútua entre as gerações mais jovens e a sociedade cabo-verdiana. Como acredita, o Natal Feliz é mais do que um simples acto de distribuição de presentes, mas um movimento de conscientização sobre a importância de compartilhar e de cuidar dos outros.

O começo de outras iniciativas

O impacto positivo de Natal Feliz vai além do Natal, pois Alexandre espera que este projecto seja apenas o começo de muitos outros que visam beneficiar as comunidades mais necessitadas de todo o Cabo Verde.

Alexandre Barbosa reforça a importância de usarmos as plataformas digitais não apenas para entretenimento, mas também para acções que possam gerar um impacto real e transformador na vida das pessoas, especialmente em tempos de festa. 🎁



NO NATAL, O FUTURO TORNA-SE AINDA MAIS PRESENTE.

Na Garantia, acreditamos que a verdadeira magia do Natal está nos gestos que criam ligação e constroem confiança. Afinal, são os pequenos esforços de hoje, como poupar, planear e pensar no futuro, que realizam os grandes sonhos de amanhã.

Para que a vida não pare.

Boas Festas e um Feliz 2026!



FESTAS FELIZES • HAPPY HOLIDAYS • FELICES FIESTAS • JOYEUSES FÊTES • 节日愉快



Um ano económico de contrastes

Enquanto o comércio geral mostra sinais de recuperação moderada e o turismo confirma um novo ciclo de crescimento, a construção civil enfrenta um período de fragilidade estrutural num contexto em que a escassez de mão-de-obra qualificada e o aumento dos custos pressionam o sector. Os três sectores, essenciais para a actividade económica nacional, chegam ao final do ano com desafios distintos e respostas díspares quanto à pergunta inevitável: foi um ano melhor ou pior que 2024?

Tiago Ribeiro

No turismo, os estabelecimentos hoteleiros acolheram entre abril e junho 253.360 hóspedes, um aumento de 6,4% relativamente a 2024, e as dormidas aumentaram em 10,6%, para cerca de 1,3 milhão, refletindo não só uma maior chegada de turistas, mas também uma ligeira extensão da duração média das estadias, que passou de 4,8 para 4,9 noites por visitante.

A taxa média de ocupação-cama passou de 48% para 60% no espaço de um ano, confirmando a tendência de maior procura, sendo que os hotéis se mantêm como a principal escolha dos visitantes, absorvendo mais de 80% dos hóspedes.

Construção civil sofreu com a fuga de mão de obra

Contudo, o sector da construção civil arrefeceu. O segmento sofre com a escassez de quadros especializados devido à emigração de recursos humanos para a Europa, à procura de me-

lhores condições e melhores salários. A conjuntura na construção civil é marcada também pelo aumento dos custos de fatores de produção (principalmente associado ao aumento dos preços das importações, lembrando que a maior parte dos materiais usados no setor são importados), num cenário ainda mais instável decorrente das tensões comerciais e geopolíticas.

A fuga de mão-de-obra qualificada não tem afetado somente a construção civil, alastra-se também às áreas técnicas da hoteleira. A saída de quadros para Portugal e outros países europeus deixa lacunas que as empresas não estão a conseguir colmatar ao ritmo necessário, gerando

atrasos, perda de produtividade e uma pressão salarial que nem todas conseguem suportar.

Consumo interno moderado

No comércio geral, a recuperação do poder de compra ainda é lenta, sobretudo entre os agregados com rendimentos mais baixos, mesmo diante do aumento do salário mínimo nacional para 17.000 escudos no setor privado e 19.000 escudos para a função pública, que entrou em vigor a 01 de janeiro de 2025.

Para muitos negócios, 2025 representou uma melhoria face a 2024, mas não suficientemente robusta para inverter anos de fragilidades acumuladas, sobretudo no re-

talho tradicional.

No turismo, operadores apontam que, para consolidar 2025 como um ano realmente superior a 2024, é preciso resolver o défice de trabalhadores qualificados e acelerar investimentos na diversificação de produtos, como turismo de natureza, cultural e náutico, áreas onde o potencial existe, mas ainda não se converteu plenamente em retorno económico.

Comércio Geral: Crescimento moderado

Na ilha Brava, Daniel Tavares, sócio-gerente do Minimerca Poupança, descreve 2025 como “um ano bom, de crescimento moderado”, mas muito abaixo do

potencial real.

Os transportes marítimos à Brava, reduzidos de cinco para três viagens semanais, limitam o abastecimento e criam rupturas difíceis de gerir. O empresário sublinha a necessidade urgente de um navio de cabotagem mensal dedicado às cargas dos comerciantes, para mitigar falhas e estabilizar o retalho local que não consegue se abastecer devidamente com o reduzido espaço para cargas comerciais nos navios fast ferry da CV Interilhas.

A pressão fiscal também pesa particularmente sobre as ilhas “mais periféricas”, que, segundo Tavares, necessitam de incentivos fiscais específicos para desenvolver-se de forma mais equilibrada.

Apesar dos constrangi-

Frescomar foi o maior exportador em 2025



Miguel Pinto, Diretor Comercial da Frescomar

A questão da dificuldade e fiabilidade dos transportes inter-ilhas é apontada também por Miguel Pinto, Diretor Comercial da Frescomar, empresa da Ubago Group, sediada em Lazareto, São Vicente, que atua na Indústria

de transformação e conserva de pescado, como o maior entrave ao desenvolvimento da empresa em 2025.

Apesar de considerar que o ano de 2025 foi “bastante bom” e que a empresa tem vindo a cres-

cer, quer no mercado nacional, quer nos compromissos que tem com a exportação, o problema maior continua a ser os transportes.

“A Frescomar continua a ser o maior exportador nacional e vamos lutando pra isso, mas o nosso problema continua a ser os transportes, e acho que é um problema geral e estratégico do país. Repare nós para viajarmos, nós que não somos de Santiago, estamos em São Vicente, para viajar para a Praia é um o caos, é um martírio. Nunca sabemos exatamente qual é que é a hora e qual é que é o dia. E mesmo quando nós temos essa hora e esse dia, ligam-nos a dizer ou a viagem está adiada, cancelada ou antecipada”, desabafa.

Note-se que os preparados e conservas de peixe permaneceram como o principal produto de exportação, representando 84,9% do total, seguidos pelo vestuário (5,1%) e pelos calçados (3,6%).

Os números são do Instituto Nacional de Estatística (INE), referente às exportações de Cabo Verde no terceiro trimestre de 2025, que aumentaram 36,4%, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Para Miguel, a falta de fiabilidade e previsibilidade dos transportes inter-ilhas faz com que não seja possível à empresa “planificar nada”. Garante, no entanto, que não faz a empresa perder negócios, mas “incomoda o processo”.

mentos, as perspetivas para 2026 são mais animadoras. O Minimercado Poupança antevê um ano de possível expansão, embora reconheça que o comércio na Brava continuará vulnerável enquanto persistirem as limitações logísticas e enquanto não se pensar num modelo de de-

envolvimento adaptado à realidade da ilha.

Construção Civil: Um sector em retração, marcado pela saída de trabalhadores

Ao contrário do comércio e do turismo, a construção civil

viveu em 2025 um ano mais difícil que 2024. O setor parece “arrefecido”, fragilizado pela escassez de mão-de-obra especializada, fenómeno amplamente associado ao aumento da emigração de técnicos e operários qualificados para Portugal e outros destinos europeus.

O problema não afeta apenas engenheiros e técnicos superiores. A construção está a perder carpinteiros, pedreiros, eletricitas, canalizadores e mestres-de-obra, perfis essenciais para manter a capacidade de resposta do setor. A pressão salarial resultante tornou o mercado menos competitivo, sobretudo para pequenas e médias empresas que não conseguem acompanhar os novos patamares de remuneração exigidos para reter profissionais.

A perspetiva institucional é dada por Job Amado, bastonário da Ordem dos Arquitectos de Cabo Verde, que descreve 2025 como um ano de continuidade sem grande dinamismo, “não houve aumento relevante de projetos, concursos públicos ou novas oportunidades”.

Pelo contrário, aponta que se manteve um ambiente de “muita informalidade”, critérios pouco claros em concu-

ros, júris sem domínio técnico e listas restritas que dificultam a entrada de profissionais qualificados.

O bastonário apontou ainda a “promiscuidade” no mercado de trabalho entre o sector público e privado, onde diz que ainda há decisões políticas a prevalecer sobre avaliações técnicas, “muitas vezes a contrapé”.

A Ordem também destaca a fraca participação dos seus membros e lamenta não ter conseguido atribuir o Prémio Nacional de Arquitetura, por falta de concorrentes, segundo Job, um sinal revelador da queda na produção qualificada.

No entanto, o Bastonário diz que olha para 2026 passa por maior participação profissional, reforço da qualidade nas encomendas públicas e a inauguração da Casa da Arquitetura, vista como plataforma de estímulo à excelência num setor que, este ano, perdeu mais do que ganhou.



Turismo

2025 supera 2024 e coloca Cabo Verde “na moda”, mas revela vulnerabilidades

O turismo foi, sem margem de dúvida, o setor com melhor desempenho em 2025, contudo, o crescimento não é uniforme entre ilhas nem imune a desafios estruturais.

Em Ponta do Sol, Santo Antão, Amílcar Tavares, da Agência de Transportes Turísticos TransSol afirma que 2025 foi claramente melhor que 2024, impulsionado pela entrada de novas companhias aéreas (low-cost) e pela visibilidade trazida pelos navios de cruzeiro. A procura por excursões aumentou, embora persista uma tendência para trajetos repetitivos devido ao tempo limitado de escala.

Questionado sobre o maior problema do ano, Amílcar aponta a carga fiscal e a concorrência desleal. “Empresas, como a minha, são obrigadas a cobrar 15% de IVA, enquanto outras pagam apenas 4%, criando uma discrepância enorme” critica.

O operador lamenta ainda o estado das vias na ilha, custos operacionais e cancelamentos de ligações marítimas e aéreas, que continuam a prejudicar a experiência dos visitantes e a estabilidade das empresas. Mesmo perante este cenário, Amílcar antevê um 2026 na linha de 2025 e quiçá melhor.

Formação e empregabilidade no sector

A nível nacional, segundo Maria



Aldina Delgado, Presidente do Conselho de Administração da Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde (EHTCV) a formação de quadros para o turismo teve um 2025 excepcional.

A instituição formou, até ao momento, 809 jovens em formação inicial, conduziu 579 formações contínuas a profissionais no ativo nas ilhas de Santiago, São Vicente, Santo Antão, Sal e Boa Vista; certificou 469 profissionais no Sal com o programa de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

(RVCC) para profissionais ativos que não possuem formação profissional, e beneficiou, de uma forma geral, um total de 1838 jovens com as diferentes modalidades de formação e certificação da EHTCV.

A áreas mais procuradas continuam as mesmas, cozinha, padaria/pastelaria. A taxa de empregabilidade dos formandos, segundo dados avançados pela PCA, ultrapassa os 85%.

No entanto, alerta que o sector do turismo tem tido muita demanda, sobretudo no atual

contexto, com a saída de profissionais deste setor para o exterior, criando falta de mão-de-obra local, mas facilitando a integração dos recém-formados.

Sobre a evolução do setor no país, Maria Aldina disse que a EHTCV se mantém atenta às novas necessidades de competências que vão surgindo e deu o exemplo do Terminal de Cruzeiros em São Vicente que requer um conjunto de serviços complementares aos turistas em terra e diversificação dos produtos turísticos a oferecer.

Novas tendências, voos low cost e outros perfis de turistas



Para Marvela Rodrigues, da agência de viagens e turismo PraiaTur e Presidente da Associação das Agências de Viagem de Cabo Verde (AAV-CV) “Cabo Verde está na moda”.

Como conta, para a PraiaTur, o ano apresentou um crescimento significativo no número de visitantes quando comparado à temporada 2023-2024, entre 10% e 15%, impulsionado pela chegada de companhias low cost e pelo aumento de cruzeiros. Segundo Marvela, o perfil dos turistas está a diversificar-se, com mais jovens e interesse crescente de países africanos, principalmente de Senegal.

A maior preocupação das agências continua a ser a fiabilidade dos transportes interilhas, que não acompanha a crescente procura destes no-

vos turistas que veem nos voos low cost ou nos cruzeiros e pode afetar a criação de novos pacotes e produtos.

Marvela aponta ainda a deficiente regulamentação do setor como uma velha lacuna ainda por corrigir.

“Há realmente que regularizar esse setor do turismo, quem faz turismo e quem não faz turismo. Um exemplo é a forma como conseguimos organizar melhor os guias turísticos, hoje os guias são certificados, isso é muito bom. Nós neste momento só trabalhamos com guias certificados. Um trabalhador certificado dá garantias de um trabalho bem feito”, explica.

Quando questionada sobre o que é preciso fazer, em 2026, para se tirar o melhor proveito dessa nova onda e perfil de turistas e turismo que Cabo

Verde está a viver, Marvela diz que é preciso organizar questões internas “melhor”, e que todos os parceiros que operam no turismo trabalhem em equipa e em rede.

O balanço económico de 2025 mostra um país que avança, mas não sem desequilíbrios profundos. O comércio cresce, mas enfrenta limitações logísticas severas, a construção civil sofre com a fuga de trabalhadores e com o aumento dos custos de produção.

Já o turismo, esse brilha, embora apoiado numa estrutura ainda frágil, dependente de transportes irregulares, sem uma cadeia de valor que realmente funcione e com uma mão-de-obra que, apesar de ser formada, continua a preferir sair do país.

A CAETANO ACOMPANHA CADA QUILOMETRO

VIVA MAIS DE CABO VERDE



JETOUR X50

FORD RANGER

KIA PICANTO

FAÇA JÁ A SUA
RESERVA ONLINE:



Caetano
Rent-a-Car

ILHA DO SAL +238 592 58 10
ILHA DE SANTIAGO +238 596 04 52



João Baptista-Vieira

Os efeitos deletérios da polarização política

Num país de pequena dimensão como Cabo Verde, marcado por fortes laços comunitários e por uma diáspora numerosa, os custos da fragmentação política são particularmente elevados. Enfraquecem as instituições, dilaceram o tecido social, desincentivam o investimento e fragilizam a relação entre o país e os seus cidadãos no exterior. A polarização excessiva pode ainda transformar a diáspora, potencial ponte de consenso, num espaço adicional de reprodução de clivagens internas. (...) Em síntese, os efeitos deletérios da polarização em Cabo Verde não se limitam a disputas circunstanciais entre partidos. Traduzem-se numa perda gradual de capacidade institucional, coesão social e visão estratégica.

Cabo Verde tem sido, ao longo das últimas décadas, frequentemente apresentado como um exemplo de estabilidade democrática no espaço africano e lusófono. A regularidade dos processos eleitorais, a alternância pacífica do poder e o respeito formal pelas instituições constituem pilares centrais da sua trajectória política.

Contudo, a consolidação democrática não é um estado definitivo, mas um processo contínuo, vulnerável a tensões e erosões progressivas. É neste contexto que a crescente polarização política e a degradação do discurso cívico exigem uma reflexão séria e inadiável.

A polarização política ultrapassa a simples existência de divergências ideológicas, algo inerente a qualquer democracia plural. O problema surge quando essas divergências se radicalizam, se cristalizam em posições irreconciliáveis e reduzem drasticamente os espaços de diálogo, compromisso e cooperação institucional.

Nestes contextos, o adversário político deixa de ser visto como interlocutor legítimo e passa a ser tratado como obstáculo a neutralizar, com impactos negativos profundos na qualidade da democracia, na confiança institucional e na coesão social.

Em Cabo Verde, estes efeitos tornaram-se cada vez mais visíveis. A relação entre o PAICV e o MpD, forças centrais do sistema partidário,

tem sido marcada por dificuldades persistentes de convergência em matérias de interesse estratégico nacional.

Esta dinâmica traduz-se, com frequência, no bloqueio da agenda parlamentar, no adiamento de debates relevantes e na não eleição atempada de órgãos externos e independentes, muitos dos quais operam com mandatos expirados. Trata-se de um sintoma claro de um sistema excessivamente condicionado pela lógica do confronto permanente.

Estes impasses não são meramente procedimentais. Produzem efeitos institucionais cumulativos, enfraquecem o princípio da renovação democrática e alimentam a perceção de que os cálculos partidários se sobrepõem ao interesse nacional. O resultado é um sentimento crescente de desencanto e afastamento da política, particularmente entre os mais jovens.

A polarização excessiva afecta também o discurso público. O espaço cívico, idealmente reservado à argumentação racional e ao confronto de ideias, tem sido progressivamente ocupado por narrativas simplificadoras, ataques pessoais e estratégias de deslegitimação do outro. O diálogo empobrece, os consensos mínimos tornam-se difíceis e a governação eficaz fica comprometida.

Enquanto membros da diáspora cabo verdiana, com vi-

vências em democracias consolidadas como Portugal e os Estados Unidos, observamos estes sinais com particular atenção. A experiência nesses contextos demonstra que processos de polarização profunda tendem a gerar bloqueios institucionais, instabilidade governativa e erosão da confiança democrática.

Em Portugal, a fragmentação partidária e o agravamento do discurso político têm dificultado reformas estruturais. Nos Estados Unidos, a polarização extrema traduziu-se em paralisações governativas, impasses orçamentais e fragilização da coesão social.

Esta leitura comparada permite encarar os sinais actuais em Cabo Verde como um alerta precoce. Sem mecanismos eficazes de diálogo e cooperação institucional, o país corre o risco de reproduzir trajectórias já observadas noutras democracias, com custos elevados para a eficácia do Estado e para a confiança dos cidadãos.

A literatura especializada é clara ao demonstrar que democracias altamente polarizadas perdem capacidade colectiva para enfrentar desafios estruturais. Questões como o desemprego jovem, as desigualdades regionais, a sustentabilidade económica e a coesão territorial exigem visão estratégica e compromissos duradouros, incompatíveis com uma lógica permanente de confronto.

Importa sublinhar que o

desacordo político não é, em si, uma ameaça à democracia. Pelo contrário, a divergência é sinal de vitalidade democrática. O perigo surge quando o conflito deixa de ser regulado por normas e práticas que promovam o respeito mútuo e a cooperação institucional, transformando-se numa lógica de soma zero.

Num país de pequena dimensão como Cabo Verde, marcado por fortes laços comunitários e por uma diáspora numerosa, os custos da fragmentação política são particularmente elevados. Enfraquecem as instituições, dilaceram o tecido social, desincentivam o investimento e fragilizam a relação entre o país e os seus cidadãos no exterior.

A polarização excessiva pode ainda transformar a diáspora, potencial ponte de consenso, num espaço adicional de reprodução de clivagens internas.

Em síntese, os efeitos deletérios da polarização em Cabo Verde não se limitam a disputas circunstanciais entre partidos. Traduzem-se numa perda gradual de capacidade institucional, coesão social e visão estratégica. A superação deste quadro não exige a eliminação do conflito, mas a sua gestão ética e institucional, assente num diálogo exigente, respeitoso e orientado para soluções, condição indispensável para a sustentabilidade da democracia cabo verdiana.

Ligue-se ao que é mais importante, as pessoas.

CVTelecom, somos a sua ligação neste Natal.





Maria João de Novais

Reflexões sobre a posição pública da OACV

Ao intervir publicamente nos moldes em que o fez, a OACV corre o risco de ser associada a uma leitura política de um processo judicial ainda em curso, o que pode comprometer a imagem da justiça e da própria advocacia. (...) Mais do que reafirmações genéricas, esperava-se da OACV um posicionamento mais inclusivo, atento às garantias processuais, ao respeito efectivo pelo segredo de justiça e à necessidade de evitar a instrumentalização política de processos judiciais em curso. É nesta defesa serena, firme e verdadeiramente institucional da advocacia que reside a força e a credibilidade da Ordem dos Advogado

A recente tomada de posição da Ordem dos Advogados de Cabo Verde (OACV) reacendeu um debate necessário sobre o papel das instituições representativas num Estado de Direito e sobre o equilíbrio delicado entre a afirmação de princípios constitucionais e a defesa efectiva da classe que representam.

Embora o comunicado divulgado reafirme valores estruturantes como a legalidade, a independência das instituições judiciais e o respeito pela ordem constitucional, subsistem reservas legítimas quanto ao momento, ao enfoque e ao alcance da intervenção.

O contexto em que o comunicado foi emitido é particularmente sensível. Estão em causa processos ainda sob segredo de justiça, acompanhados de intensa exposição mediática e de crescente polarização política.

Nestes termos, teria sido desejável que a Ordem promovesse um debate interno mais amplo, ouvindo a diversidade de posições existentes no seio da advocacia cabo-verdiana. Uma tomada de posição com este impacto público deveria

resultar de reflexão colectiva, reforçando a legitimidade institucional da OACV e a coesão da classe que representa. A ausência desse exercício de escuta explica, em parte, o desconforto manifestado por vários advogados, que percebem o comunicado como precipitado e pouco representativo.

Um dos aspectos mais sensíveis prende-se com a ausência de qualquer referência expressa a advogados visados nos processos em causa.

A Ordem dos Advogados tem como missão essencial a defesa da dignidade, dos direitos e da independência profissional dos seus membros. Em contextos de elevada exposição pública, esse dever torna-se ainda mais premente.

O silêncio institucional sobre esta dimensão fragiliza a confiança da classe na sua representação e pode ser interpretado como uma falha na protecção daqueles que a Ordem existe precisamente para defender.

Apesar de o processo se encontrar, formalmente, sob segredo de justiça, conforme reiterado pelo Ministério Público, é inegável que, há muito,

diversos elementos - incluindo nomes, factos e documentos - circulam amplamente no espaço público.

Independentemente da origem dessa exposição, trata-se de uma realidade preocupante, pelos efeitos que produz sobre as garantias processuais, a presunção de inocência e a seriedade que deve presidir à administração da justiça.

A existência de julgamentos mediáticos antecipados e a crescente especulação em torno do caso contribuem para a politização de um processo que deveria permanecer circunscrito ao plano judicial.

A percepção de politização da justiça constitui um risco real para a credibilidade das instituições democráticas e para a confiança dos cidadãos. Ao intervir publicamente nos moldes em que o fez, a OACV corre o risco de ser associada a uma leitura política de um processo judicial ainda em curso, o que pode comprometer a imagem da justiça e da própria advocacia. A defesa do Estado de Direito exige equilíbrio, prudência e sentido institucional, bem como a capacidade de afirmar princípios sem perder

de vista o papel específico da Ordem enquanto garante dos direitos e da dignidade profissional dos advogados.

A Ordem dos Advogados não é apenas uma instância de afirmação abstrata de valores constitucionais. É, acima de tudo, uma instituição de proximidade com os seus membros, chamada a agir com ponderação, rigor e sensibilidade, sobretudo em momentos de crise.

A sua autoridade moral reside na capacidade de conciliar a defesa intransigente da legalidade com a protecção efectiva da classe que representa, mantendo uma postura de independência e responsabilidade institucional.

Mais do que reafirmações genéricas, esperava-se da OACV um posicionamento mais inclusivo, atento às garantias processuais, ao respeito efectivo pelo segredo de justiça e à necessidade de evitar a instrumentalização política de processos judiciais em curso. É nesta defesa serena, firme e verdadeiramente institucional da advocacia que reside a força e a credibilidade da Ordem dos Advogados de Cabo Verde.

PUB

GRUPO ALFA

*Deseja / Wishes / Souhaite
Boas Festas e Feliz Ano Novo
Merry Christmas and Happy New Year
Joyeux Noel et Bonne et Heureuse Année*

Alfa-Comunicações
A diferença na arte de comunicar

A Nação
Cabo Verde

MOAVE, O SABOR QUE DÁ *vida ao seu Natal*

Festas Felizes!





Germano Almeida

Um muito infeliz comunicado da OACV

Sei que ao longo da existência da Ordem dos Advogados a única obrigação que positivamente aceitei cumprir é o pagamento da quota mensal.

Foi uma decisão consciente e assumida, em protesto pela forma como o IPAJ (Instituto do Patrocínio e Assistência Judiciária, que tão bons serviços tinha prestado, quer à classe dos profissionais do foro, quer ao público em geral, foi desprezado aquando da sua apressada dissolução para, sobre o seu património, se instalar a Ordem dos Advogados. De modo que nunca mais me interessou opinar sobre quem ou quais pessoas representaria a associação que substituiu o IPAJ.

Ora tendo isso em conta, eu mesmo admito que apenas esse pagamento de quota pode não conferir-me algum direito a intervir na vida da Ordem dos Advogados. Porém, vou fazê-lo na mesma! É que não posso deixar de expressar a minha maior indignação, o meu mais vivo repúdio, diria mesmo, até uma certa vergonha, quando li o comunicado da Ordem dos Advogados pondo-se nos bicos dos pés para forçar a sua intromissão nos desentendimentos entre o Ministério Público e a Câmara Municipal da Praia.(...) Porém, e já que está com a mão na massa jurídico-política, o digno bastonário deveria aproveitar para rebelar-se contra os casos mais mediáticos e polémicos que têm acontecido na sociedade e que a Ordem tem olímpicamente ignorado.

Certamente que esse comunicado não envergonharia o IPAJ que o atual bastonário da Ordem acredita que tenha sido a nossa instituição e que ele deixou bem expresso na sua entrevista ao dr. Brito-Semedo. Só que, como pessoalmente referi e tenho demonstrado, essa perspectiva do que para ele foi o IPAJ, é absolutamente falsa, pelo que esse servil comunicado da Ordem dos Advogados, essa indisfarçável e grosseira vassalagem ao MP, nunca teria sido subscrita por nenhum dos presidentes que honraram o IPAJ.

Os colegas que acompanham o fórum dos advogados no Viber, estão a par das inúmeras queixas dos advogados por ofensas e humilhações não só de muitos magistrados, como

também dos diferentes serviços ligados à Justiça, como a Conservatória ou o Notariado. E do que ali se lê, o nosso bastonário tem-se limitado a colocar paninhos quentes sobre as inúmeras dores dos advogados, como se ele também estivesse receoso de desafiar os soberanos poderes dos magistrados, como se ele mesmo tivesse medo de ver os seus processos engavetados.

Mas eis que numa situação em que a Ordem não é metida nem achada, se se excetuar a colega que terá sido escusadamente ultrajada pelo MP, o bastonário arremete-se num arranque furibundo sobre o presidente da Câmara da Praia para o desancar em nome de princípios.

Porém, não o faz em nome pessoal, mas sim em nome da Ordem dos Advogados. Sem estar para isso devidamente mandatado, sem se dar conta, ou pelo menos sem tomar em conta de que esta é uma situação eminentemente política, por mais que se diga o contrário, e que nem todos os advogados estão de acordo com esta forma de encarar essa verdadeira bulha que se resume em querer tomar a Câmara Municipal da Praia custe o que custar, e que só não é fratricida porque vivemos em Cabo Verde século XXI.

Mas se por acaso alguém tivesse alguma dúvida acerca do carácter eminentemente político das buscas na Câmara Municipal da Praia, o comunicado do bastonário da Ordem dos Advogados tomando posição pelo MP, sob o pretexto do fecho de determinados serviços camarários, teria exatamente servido para despertar as pessoas para esse lado político da ação levada a cabo. Porque não é de crer que o MP venha a ter mais ganho para além do escândalo que provocou.

Porém, e já que está com a mão na massa jurídico-política, o digno bastonário deveria aproveitar para rebelar-se contra os casos mais mediáticos e polémicos que têm aconteci-

do na sociedade e que a Ordem tem olímpicamente ignorado.

Começo por referir o clamoroso processo contra o advogado/deputado Amadeu Oliveira. É um dado sobejamente conhecido que ele foi e está ilegalmente preso, detido por ordem de um juiz que não respeitou nem a sua condição de advogado nem a de deputado. É sem dúvida um ato gravíssimo, um crime de prevaricação, muito mais grave que mandar fechar as portas do mercado municipal ou do cemitério, e a Ordem está ainda perfeitamente a tempo de tomar pública posição sobre esse candente assunto.

E de caminho, deve aproveitar e tomar posição sobre a pouca vergonha que é a nossa neocolonização pela CVInterilhas, 50 anos após a independência nacional, acrescida agora do prémio de boa governação, um verdadeiro opróbrio para o povo das ilhas, mas que parece não ter escandalizado praticamente ninguém porque está na linha do descalabro por que está passando este país.

Mas de passagem também pode referir “o costume contra lei” que milagrosamente acabou em lei, quanto mais não seja para manter o Amadeu Oliveira na cadeia, pois que não terá mais nenhuma outra serventia futura, “esquecido” como forçosamente será, para que nunca mais seja lembrado como se nunca tivesse existido.

E já que se encontra em maré de reclamação, grite em voz alta contra esse desaforo, esse desrespeito a todos os cabo-verdianos que é a vergonha de termos os órgãos de fiscalização do poder do Estado todos caducados há longo tempo e, no entanto, todos ainda em funções como se estivessem órgãos legítimos.

Fale do Procurador-Geral da República praticamente em usurpação de funções, fale dos juizes do Tribunal de Contas, fale da Comissão Nacional de Eleições ou da ARC, fale de todos eles, mas nunca se esque-

ça do Tribunal Constitucional, acima de tudo lembre-se do Tribunal Constitucional, para que não tenha tempo de fazer mais nenhum mal antes de sair.

Para muita gente a “judicialização da política” já é uma realidade em Cabo Verde, e em certo sentido parece um facto. Porém, mais preocupante e daninho que a “judicialização da política”, é seguramente a transversalização do poder. Não importa já que partido ganha as eleições porque é sempre o mesmo grupo de pessoas, disseminadas pelos diferentes partidos ou instituições do Estado, que detém as rédeas do poder.

Assim se compreende a sãna de muitos, alguns já com tachos, outros ainda em busca de tachos, contra os afamados populistas, palavra que ultimamente entrou no vocabulário nacional, embora o seu conceito ontológico parece ainda escapar a muitos dos nossos sages.

Assim se compreende a aberração que é ler escritos de espíritos lúcidos exortando-nos à idolatria dos nossos pequenos trumpinhos das ilhas que do alto do seu poder quiseram fazer-nos engolir como lei um costume abertamente inconstitucional, com a agravante de os nossos trumpinhos não terem nem o poder, nem a grandeza ou a coragem de um Calígula, ou de um Luís XIV, ou do Trump para gritar abertamente na cara de todos, “eu estou acima da lei!”, antes tentando enganar-nos que estão agindo em nome das leis que nos governam e que torturam até acharem o que querem que elas digam.

Ora se querem mesmo ser respeitadas, quer as instituições, quer as pessoas que as dirigem, elas têm forçosamente que agir conforme o imperativo de Kant: age de tal modo que as tuas ações se transformem em regras universais de comportamento! Só assim terão direito ao respeito que querem cobrar das pes-

É que não posso deixar de expressar a minha maior indignação, o meu mais vivo repúdio, diria mesmo, até uma certa vergonha, quando li o comunicado da Ordem dos Advogados pondo-se nos bicos dos pés para forçar a sua intromissão nos desentendimentos entre o Ministério Público e a Câmara Municipal da Praia.(...) Porém, e já que está com a mão na massa jurídico-política, o digno bastonário deveria aproveitar para rebelar-se contra os casos mais mediáticos e polémicos que têm acontecido na sociedade e que a Ordem tem olímpicamente ignorado.



Natal em Lisboa

Com a onda de “perseguição” em curso, e depois da “falta de comparência” na PGR, por causa de uma viagem programada, Francisco Carvalho, que deveria regressar à Praia na terça-feira, 23, resolveu adiar o retorno à casa mãe. Ao que parece, vai passar a noite de consoada por terras lusas e garantir, assim, um Santo Natal, tranquilo e na paz do menino Jesus. Isto é, com muito bacalhau, tintol e tudo a que um político como ele tem direito. A sua comparência no Ministério Público fica adiada por mais alguns dias.



Frequent Flyer

A uma semana de chegarmos ao final do ano, há um título que já ninguém consegue tirar ao Chico: “the biggest traveler”. Segundo informações captadas pelo ZIG, a companhia pela qual costuma viajar prepara-se para colocar Francisco Carvalho no seu programa de Top Frequent Flyer. Em cinco anos na CMP, o líder tambarina está perto de atingir a bonita soma de 100 viagens e o programa Top Frequent Flyer da transportadora preferida já prometeu festa rija assim que esse cliente de ouro desembarcar na Lisboa de Portugal da próxima vez.

Da saga contentor reluzente

Os contentores novos em São Vicente, reluzentes, estão a dar um verdadeiro “abolt”. No passado dia 18 foram flagrados dois indivíduos a, supostamente, rasgarem bolsas e a deitarem o lixo no chão, ao pé dos contentores. Até parece cena inspirada na Cidade da Praia, onde os contentores da CMP passaram por afronta igual. Ainda bem que no caso de São Vicente já vamos iniciar os cinco dias de festa para esquecermos isto tudo!

E a roupa do fim de ano?

É a questão que o ZIG mais tem ouvido depois da decisão da DNRE de fechar algumas lojas chinesas pela capital. Um berdiano disse que já tinha decidido a “metxa” do final de ano, patrocinada pela CMP na Kebra Kanela e ia comprar a vestimenta, branca com certeza, na Bodona, quando deu de caras com as portas fechadas e o aviso da interdição. “Tristi go”, disse outro que ficou sem ver as promoções na “Vida Home” no Shopping do Sucupira. O ZIG ouviu alguém a questionar para quando a fiscalização a nível sanitário nos supermercados e restaurantes da nossa capital digníssima Capital.



Em(pó)derada

Em plena época natalícia - de paz e amor, eis que a PJ resolve ser o mau da fita e estraga a festa a uma crioula cuja ousadia deixou-nos todos de boca aberta. Nada menos que 25 kg de cocaína, a entrar São Vicente adentro a partir do Brasil, como se uma mala de chocolates e panetones se tratasse. Pelas nossas contas, a mulher, de 40 anos, ultrapassou até mesmo o limite de peso da bagagem para fazer chegar um pozinho branco em terra de Cise. Das duas uma: ou foi muita ingenuidade, ou já está habituada a estas lides, para carregar consigo tamanha confiança.



Katxupa gourmet

O ZIG deparou-se com isto nas redes sociais, não é um hambúrguer qualquer, é hambúrguer de Katxupa! Exactamente, um hambúrguer que para muitos é sinal de heresia, outros preferem chamá-la de inovação e outros até já arranjaram um outro nome para o prato, o “CatchuBurger”. Nas redes já surgem outras ideias igualmente inovadoras: pizza de Katxupa, pudim de Ka txupa, sandes de Katxupa ou ainda lasanha de Katxupa. As possibilidades são infinitas, não fosse a Cachupa o símbolo maior da nossa resiliência, como agora se diz, para tudo e mais alguma coisa. A verdade é que a Cachupa continua a falar crioulo, mas agora sabe o que é ser street food & food experience.





INPS
INSTITUTO NACIONAL
DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

O INPS deseja-lhe um
Feliz Natal e um
próspero Ano Novo!

www.inps.cv

Etc.

2025
RETROSPECTIVA
2026

Política 2025

Disputa para liderança do PAICV foi ponto alto



A eleição do novo líder do PAICV, Francisco Carvalho, foi, em termos políticos, o facto mais marcante em 2025. Houve porém outras situações como a “repeçagem” do antigo líder do MpD, Agostinho Lopes, para o cargo de secretário-geral desse partido e a eleição de Emanuel Barbosa como vice-presidente da Assembleia Nacional. A saída de João Baptista Pereira da liderança do Grupo Parlamentar do PAICV é outra nota deste ano a terminar.

Daniel Almeida

Chegou, viu e venceu, é o que se pode dizer da eleição de Francisco Carvalho à liderança do PAICV em 25 de Maio. E desde então a disputa política ganhou outros contornos, às vezes, nada ortodoxos ou pouco habituais. Nas próximas eleições, previstas entre Abril e Junho, o país saberá se há força suficiente para travar o fenómeno que já é Francisco Carvalho.

A vitória do PAICV nas eleições autárquicas de 2024 e a indisponibilidade de Rui Semedo em se recandidatar à liderança do partido aguçaram apetites e, com isso, surgiram vários candidatos à chefia do maior partido da oposição. Mas a luta centrou-se essencialmente Francisco Carvalho e Nuías Silva, com Francisco Pereira e Jorge Spencer Lima (Scapa), tidos, logo à partida, como outsiders.

O posicionamento “dúbio” da Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização, presidido, na altura, por Clóvis Silva, sobre a capacidade eleitoral passiva de Francisco Carvalho, por alegado in-

cumprimento em relação ao pagamento de quotas, levantou dúvidas sobre o processo eleitoral, que teve de ser adiado por causa de um recurso interposto junto Tribunal Constitucional.

Essa Corte acabou por dar razão à candidatura de Francisco Carvalho que, nas eleições de 25 de Maio, acabou por vencer com 62% de votos favoráveis, sucedendo-se assim a Rui Semedo. A votação contou com a participação de 10.714 militantes, dos 36.131 inscritos com direito de voto, segundo dados do PAICV.

Um outro acontecimento do ano, associado a Francisco Carvalho, foi a sua decisão, há duas semanas, de mandar encerrar os serviços da CMP, a partir da Boa Vista, onde o líder do PAICV se encontrava, na sequência das buscas que o Ministério Público procu-

rou fazer ao seu gabinete no Platô. Agentes do MP tiveram de recorrer à marreta para arrombar as portas, um acto nunca visto em Cabo Verde.

Outros acontecimentos

O ano de 2025 começou com uma decisão do Tribunal Constitucional que pôs fim a um braço de ferro entre a Comissão Nacional de Eleições e o vice-primeiro-ministro e ministro das Finanças, Olavo Correia.

O orçamento da CNE para 2023, foi aprovado conjuntamente com o orçamento da Assembleia Nacional (AN) à revelia da contestação deste órgão eleitoral que, na ocasião, alegou que, à luz da lei, deveria gozar de autonomia financeira e, consequentemente, de um orçamento privativo como garantia da integridade

de eleições livres.

Assim, na sequência de um recurso interposto pelo Provedor de Justiça, o Tribunal Constitucional (TC) acabou por declarar inconstitucional tal procedimento da aprovação do referido orçamento “por desconformidade com o princípio de independência da Comissão Nacional de Eleições”.

Com esta decisão, o Orçamento da CNE para 2026 foi aprovado, pela primeira vez, na última sessão plenária de Novembro, que também aprovou o Orçamento do Estado e o Orçamento Privativo da Assembleia Nacional.

Agostinho Lopes, antigo líder do MpD, que concorreu ao cargo de primeiro-ministro nas eleições de 2006, foi escolhido, logo no início do ano, para assumir as funções de secretário-geral do partido que

suporta o Governo. Este veterano e fundador do MpD substituiu Luís Carlos Silva que se demitiu do cargo um mês após os maus resultados do partido nas eleições autárquicas.

Com o “fracasso” nas autárquicas, vozes de vários militantes do MpD da década de 90, que se sentiam excluídos, manifestaram nas redes sociais a sua indignação pelo facto do partido se ter afastado das bases.

Emanuel Barbosa eleito primeiro vice-presidente da AN

Logo no início do ano, Emanuel Barbosa foi eleito primeiro vice-presidente da Assembleia Nacional. Este deputado pelo círculo da Europa foi eleito com 43 votos a favor, 24 contra e nenhuma



PUB

abstenção. Barbosa substituiu Armino Luz que venceu as eleições autárquicas de 2024 em Ribeira Grande de Santo Antão.

Remodelação Governamental

Em Fevereiro, Ulisses Correia e Silva fez uma mexida no seu elenco governamental. Saíram quatro ministros e duas secretárias de Estado: Carlos Santos (que já tinha apresentado a demissão), Edna Oliveira, Filomena Gonçalves, Eunice Silva, Adalgisa Vaz e Eurídice Monteiro.

Entraram Eurico Monteiro, que assumiu dois ministérios (Promoção de Investimentos e Fomento Empresarial e Modernização do Estado e da Administração Pública), enquanto Olavo Correia, vice-primeiro-ministro, ficava apenas com a pasta das finanças.

Na altura, José Filomeno Monteiro, que faleceu recentemente, passava a acumular a pasta das Comunidades, que antes estava com Jorge Santos que ficou apenas com o Ministério do Mar. Recentemente, por motivos de saúde, José Filomeno foi substituído por José Luís Livramento que assumiu o Minis-

tério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional e o Ministério das Comunidades.

Entraram ainda Jorge Figueiredo (Ministério da Saúde), José Luís Sá Nogueira (Ministério do Turismo e Transportes) e Victor Coutinho (Ministério das Infra-estruturas, Ordenamento do Território e Habitação).

Clóvis Silva novo líder do Grupo Parlamentar do PAICV

O deputado PAICV (oposição) Clóvis Silva foi eleito o novo presidente do Grupo Parlamentar do partido, obtendo 90 por cento (%) dos votos favoráveis dos deputados. Com ele foram eleitos como vice-presidentes os deputados Adélia Almeida e Luís Pires, mantendo-se nos respectivos cargos de vice-presidentes os deputados Carla Lima e António Fernandes.

Clóvis Silva, que é deputado da Nação pelo círculo eleitoral da Brava desde 2011, sucede ao parlamentar João Baptista Pereira, que liderava o grupo parlamentar do PAICV desde 2021.



**A CIMPOR
deseja-lhe
Boas Festas!**





Mercado financeiro marcado pela venda do BCA

O processo de venda do Banco Comercial do Atlântico (BCA), detido maioritariamente pela Caixa Geral de Depósitos, foi o caso mais marcante no mercado financeiro em 2025. Dezoito meses após a parte portuguesa ter aprovado a venda de 59,81 por cento (%) das ações à Coris Holding, o Banco de Cabo Verde (BCV) resolveu dar luz verde para a conclusão da transação. A operação custou à Coris pelo valor de 70 milhões de euros.

A Nação

A Coris Holding foi, recorde-se, a escolhida de uma lista de três interessados que, além da escolhida, tinha a First Atlantic Bank e IIBGroup Holdings, que tem sucursal em Cabo Verde.

Depois da “não oposição” do BCV, a Coris Holding iniciou com a CGD o processo de transferência da gestão do BCA, para que este possa passar de mãos logo em Janeiro, com o arranque do novo ano económico. A partir dessa data, a Coris pretende introduzir uma nova dinâmica no mercado financeiro cabo-verdiano. Gilberto Barros será o novo presidente do Conselho de Administração do BCA.

Venda de ações da Caixa Económica

A venda de 13.535 ações da Caixa Económica de Cabo Verde (CECV), ao preço de 4.079\$/ação, no seguimento da Oferta Pública de Venda, também esteve envolta em polémica.

O então coordenador da Unidade de Acompanhamento do Sector Empre-

sarial do Estado (UASE), Sandeney Fernandes, depois de ter sido alvo de buscas, foi constituído arguido pelo Ministério Público, em Agosto de 2025, por suspeitas de corrupção, tráfico de influências e favorecimento pessoal, levando à sua detenção e rescisão contratual pelo Governo, sendo-lhe impostas medidas de

coação como apresentações mensais e proibição de sair do país.

A investigação surgiu após um relatório da Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários (AGMVM) que apontou indícios de irregularidades na sua atuação como gestor público, o que é proibido por lei

Entretanto, pelo menos

um membro do Governo e um gestor financeiro, que, também, detinham informações privilegiadas sobre o processo de venda das ações da CECV, pelos que se sabe, não foram alvos de nenhum processo.

Quando o antigo coordenador da UASE, Sandeney Fernandes, foi alvo de buscas, chegou-se a cogitar que não haveria como incriminá-lo, porquanto terá comprado as ações da CECV através de um processo de venda pública, no mercado secundário e, ao que parece, esta tem sido a mesma tese de altas figuras que compraram essas ações.



PARTILHAR, É DA FAMÍLIA.

O Natal vive-se à mesa. Entre pratos saborosos, sobremesas irresistíveis e Trin, é tempo de partilhar afeto, calor humano e companhia. Porque, juntos, tudo sabe melhor.



FESTAS FELIZES COM **TRIN**

São Vicente

Erin marca o ano na ilha do Monte Cara



O ano em São Vicente termina com mais uma polémica, desta feita por causa dos cinco dias de festejo para celebrar a “resiliência” dos sanvicentinos. Para os críticos da Câmara Municipal, presidida por Augusto Neves (MpD), nem parece que há quatro meses a ilha foi devastada, deixando um rasto de destruição sem igual, sem falar nos nove mortos, pondo à prova a solidariedade dos cabo-verdianos no país e na diáspora.

Portanto, entre críticas, esperança e catástrofe, São Vicente fecha 2025 com um acontecimento que se sobrepõe a todos os outros, a tempestade Erin, de 11 de Agosto. A tempestade deixou bairros inteiros em situação crítica, expôs falhas no saneamento, ausência de planeamento urbano, construções em zonas de risco, obrigando famílias a recomeçarem do zero.

O impacto do Elin foi tão profundo que muitos sanvicentinos passaram a exigir não apenas descentralização administrativa, mas também planos de melhor gestão municipal e de resiliência climática, além de investimentos sérios em proteção civil. Daí as críticas ao que alguns consideram o “desvario” das festas de cinco dias, decretadas por Augusto Neves, para celebrar a “resiliência” dos mindelenses.

São Vicente encerra 2025 com um misto de esperança e desencanto. A ilha viu vários anúncios governamentais e alianças políticas inesperadas, e continua a padecer de constrangimentos estruturais que travam o seu desenvolvimento socioeconómico. Mas nada marcou tanto o ano como a tempestade Erin, a 11 de Agosto, deixando cicatrizes materiais e emocionais que ainda doem no quotidiano da população.

João A. do Rosário

Política e autarquia

No plano político, a autarquia viveu um ano de tensões e compromissos frágeis. A cooperação entre partidos, embora necessária para desbloquear projectos, foi recebida com desconfiança pela população. A eleição de Helena Fortes (MpD) como presidente da mesa da Assembleia Municipal, viabilizada pelo apoio do PAICV, surpreendeu e dividiu opiniões. Para uns, sinal de pragmatismo e maturidade política; para outros, manobra que isolou a UCID.

O centralismo governamental continua alvo de críticas. Muitos reclamam maior autonomia administrativa e orçamental, defendendo que só assim será possível responder às necessidades locais sem depender da burocracia da capital.

Em sua defesa o Governo anunciou investimentos estratégicos, como a requalificação do calçadão da Avenida Marginal e o asfaltamento da estrada Mindelo–Calhau. Projectos que, em teoria, dinamizam o turismo e melhoram a mobilidade. Contudo, no terreno, os san-

vicentinos enfrentam taxas de desemprego elevadas, sobretudo entre jovens, e uma economia excessivamente dependente do turismo e da emigração.

A cultura manteve-se motor identitário da ilha. O Carnaval e os festivais reforçaram Mindelo como importante centro cultural de Cabo Verde. Mas artistas e associações locais denunciam falta de apoio financeiro e logístico, alertando para o risco de perder o dinamismo criativo que ainda vai distinguindo São Vicente em certos domínios.

Constrangimentos ao desenvolvimento

Na Economia, a falta de diversificação e dependência do turismo tornam a ilha vulnerável a crises externas, enquanto que ao nível do Emprego refira-se que o desemprego juvenil alimenta a emigração e a perda de talentos. A inauguração do terminal de cruzeiros, uma promessa antiga e que finalmente se tornou realidade esperando que o seu contributo para o desenvolvimento de São Vicente seja duradouro.

Apesar dos constrangimentos, São Vicente mantém trunfos estratégicos como no sector do Turismo cultural em que Mindelo é considerado vitrine internacional, com eventos que atraem visitantes e reforçam a identidade caboverdiana. O capital humano, este, surge como essencial em que jovens qualificados e artistas reconhecidos internacionalmente podem ser motores de inovação.





Banco
Interatlântico
Grupo Caixa Geral de Depósitos

O Banco Interatlântico deseja a todos os clientes e parceiros um **Feliz Natal** e um **Próspero Ano Novo**.

Que **2026** seja um ano repleto de realizações e oportunidades.

Continuaremos ao seu lado a transformar sonhos e projetos em realidade.

Boas Festas!



Cultura 2025

Uma mão cheia de livros e a perda de Vasco Martins

Vasco Martins

A morte do compositor Vasco Martins, aos 69 anos, já no final do ano, é um dos maiores destaques na cultura, no ano que agora termina. Com uma carreira de mais de quatro décadas, Vasco influenciou todos os músicos que com ele colaboraram, desde o final dos anos de 1970, abrindo as portas de muitos para outros sons, como o jazz e a fusão de estilos.

Formado em Paris e grande admirador do compositor finlandês Jean Sibelius, Vasco Martins foi dos primeiros músicos a introduzir a música electrónica em Cabo Verde e a compor e gravar sinfonias, interpretadas por orquestras europeias, nomeadamente em Portugal.

Deixou registadas também duetos com o guitarrista Voginha e discos com a participação de diversos músicos, sempre na busca de um universo sonoro mais amplo, embora enraizado nas ilhas. Para além do legado musical muito particular, uma síntese de todas as suas influências, Vasco Martins foi também autor de livros de poesia, romance e de investigação sobre a morna.

Kriol Jazz Fest

A edição deste ano do KJF trouxe ao palco da Pracinha da Escola Velha o pianista da Martinica Mario Canoge, um velho conhecido de Cabo Verde, assim como o angolano Bonga. No cartaz cons-



O destaque no sector da cultura vai para o campo editorial com a realização da Feira do Livro e sua itinerância por algumas ilhas, e ainda o Festival Literário Morabeza, na sua 5ª edição, com um programa variado e voltado para a ilustração e novas gerações de criadores. Se o ano fica marcado pela perda do músico Vasco Martins, há também produções que atestam o dinamismo no “arquipélago das amnésias”, que é também um “arquipélago” de memórias várias.

Joaquim Arena

taram ainda nomes como a multi-instrumentista Sona Jobarteh, da Gâmbia, Sixun, Michelle David e The True Tones, Les Karamba, Cabo Cuba Jazz, Kriol- Kreyol e os nacionais Mário Lúcio e Nancy Vieira.

Marlene de Freitas em Avignon

Em Julho, a coreógrafa mindelense Marlene de Freitas foi uma das cabeças de cartaz do Festival Avignon, neste que é considerado o maior festival internacional de artes cénicas, com o espectáculo ‘Not’, inspirado no clássico da literatura árabe, As Mil e Uma Noites. O espectáculo estreou a 5 de Ju-

lho, com a cabo-verdiana a inaugurar a programação da edição de 2025, que integrou mais de 40 espectáculos de teatro, dança, ópera e multidisciplinares.

Feira do Livro

A segunda edição da Gran-

de Feira do Livro de Cabo Verde, promovido pelo MCIC e organizado pela Biblioteca Nacional e apoio da Cooperação Portuguesa, decorreu entre Julho e Novembro, com os actos centrais realizados na Praia e itinerâncias no Tarrafal, Fogo, São Vicente e Porto Novo. Integrada nas comemorações dos 50 anos da in-

dependência de Cabo Verde, com o tema “Diálogos Literários”, os encontros promoveram lançamentos de livros, oficinas, homenagens.

Festival Literário Morabeza

Também parte do programa oficial dos 50 anos de independência, realizou-se na Praia a 5ª edição do Festival Literário Morabeza 2025 - Festa do Livro de Cabo Verde, dedicado à “nova geração de escritores”. Um vento que se destinou, segundo a organização, a promover o livro, a leitura e a literacia, integrando vários sectores da cultura, e com a participação de duas dezenas e escritores e especialistas da área da literatura e da ilustração, nacionais e estrangeiros.

Iniciativas institucionais

Ainda a nível institucional, foram aprovados em 2025 editais para o financiamento de projectos de artistas locais e da diáspora, abrangendo os estilos musicais morna, batucu, funaná, mazurca e finason, incluindo a dança. Destaque, igualmen-

te, para na área do Património e Museus, a reabilitação do Museu de São Filipe, no Fogo, e participação do país da Expo Osaka 2025.

Baía das Gatas cancelado

A forte tempestade que caiu em São Vicente entre 14 e 17 de Agosto, levou ao cancelamento da 41ª edição do Festival Internacional de Música da Baía das Gatas, na ilha de São Vicente. As atenções focaram-se na recuperação da comunidade e no apoio aos afectados, cancelando os concertos que contariam com nomes como Omah Lay (primeira vez em Cabo Verde), Julian Marley, Kabaka Pyramid, Garry, Mark Delman, Hélio Batalha, Tito Paris.

“Hanami” de Denise Fernandes galardoado no IndieLisboa

Em Maio, a realizadora de origem cabo-verdiana Denise Fernandes viu o seu filme “Hanami” vencer o Prémio MAX para Melhor Longa-metragem da Competição Nacional no Festival Internacional de Cinema IndieLisboa, em

Portugal. O filme, a sua primeira obra, foi filmado na ilha do Fogo, São Filipe e Chã das Caldeiras, e contou com elenco constituído maioritariamente por não-actores locais, habitantes dessas zonas.

Literatura e História

Eurídice Monteiro, com o pseudónimo Eurydice, publicou Em Algum Lugar, último de uma trilogia que engloba A Ponte de Kayetona e A Praia dos Amores Clandestinos. A autora lançou também uma peça de teatro, em versos, Pai di Fidju ku Mudjeris di Txunbu.

Eileen Barbosa regressou aos contos com O Erro do Músico, editado pela Pedro Cardoso, com 24 histórias curtas. Integrado na programação da Grande Feira do Livro, Joaquim Arena apresentou, em São Vicente, As Morte do Meu Pai, o último livro da Trilogia Negropolitana (Debaixo da Nossa Pele e Siríaco e Mister Charles).

No campo da história, o ano revelou-se bastante rico. Há poucas semanas saiu, pela editora Pedro Cardoso, Nasci Homem e Homem Hei de Morrer..., da historiadora portuguesa Maria de Lurdes Cal-

das, que dá a conhecer a vida de Abílio Macedo, empresário e político, fundador do jornal A Voz de Cabo Verde, e presidente da Câmara Municipal da Praia. O livro narra a vida dessa figura controversa e a sua detenção no campo do Tarrafal por volta de 1940, numa disputa que Galvão de Melo, antigo inspector colonial, outro nome não menos controverso do Estado Novo.

Ainda sobre prisão do Tarrafal, de triste memória, saiu o livro da investigadora portuguesa Sandra Inês Cruz, “Tarrafal, 1975 - O Campo do Silêncio”, sobre a prisão de vários cidadãos em Dezembro de 1974, opositores ao PAIGC, por ordem das autoridades portuguesas de então. A autora pretende trazer à luz do dia essa parte da nossa história recente neste que foi o ano do cinquentenário da independência de Cabo Verde.

“Biografias”, de Maria Adriana Sousa Carvalho e Ildo Augusto Sousa Carvalho, sobre 31 personalidades da educação de Cabo Verde no século XX, é um outro título que vem ajudar a combater o esquecimento neste “Arquipélago das amnésias”, livro do diplomata Jorge Tolentino.

“Em nome da razão futura”,

de Silvino da Luz, combatente do PAIGC/CV, governante na I República, embaixador na II República, é um outro título que faz de 2025 um ano bastante rico e diverso em termos de lançamentos editoriais, cobrindo as mais diversas áreas das letras e do conhecimento em Cabo Verde.

Mindelact

Entre os dias 3 e 8 de Novembro decorreu a 31ª edição do Festival Internacional de teatro do Mindelo, que apresentou espectáculos oriundos de dez países. Uma edição especial e baptizada pelos organizadores por “Aurora”, em homenagem aos 50 anos da independência de Cabo Verde. Devido à tempestade Erin, que inundou e causou estragos no auditório do Centro Cultural do Mindelo, os espectáculos foram realizados em outros palcos de bairros da cidade, como o auditório Jotamont, em Monte Sossego, assim com a contação de histórias, na Praça Nova. Como já é habitual, o público da capital pôde também participar no Mindelact, através da sua extensão na cidade da Praia.

Estatuto do Artista

Já nos últimos dias do ano, o Parlamento aprovou, por unanimidade, o Estatuto do Profissional Criador e Produtor de Arte e Cultura, mais conhecido como o Estatuto do Artista. O objectivo é formalizar o sector e garantir a protecção social dos artistas na saúde (INPS), e um regime fiscal próprio para a classe de artistas e produtores culturais. Para além do apoio da PROCULTURA, a medida foi financiada pela Unesco e visa dignificar a profissão artística em Cabo Verde e benefícios até hoje inexistentes para este sector importante para Cabo Verde. 🎭



Filme “Anami”, de Denise Fernandes



Um ano de feitos “inéditos” no desporto

A qualificação inédita ao Mundial 2026 em futebol sénior masculino é o maior destaque desportivo do ano 2025, num ano em que o país assinalou a este nível o cinquentenário de Cabo Verde independente.

O sorteio do Mundial aconteceu no passado dia 05 de Dezembro e ditou que Cabo Verde terá pela frente as selecções nacionais da Espanha, Arábia Saudita e Uruguai, no Grupo H. O primeiro jogo de Cabo Verde será contra os campeões mundiais de 2010, a Espanha.

O ano de 2025 será lembrado como um ano muito feliz para o desporto cabo-verdiano. Os Tubarões Azuis chegaram ao primeiríssimo Mundial e “Bubista” viu-se coroado o melhor treinador de África. Ainda no futebol, as meninas estão no CAN 2026; a rapaziada dos sub-17 foi ouro nos XII Jogos Desportivos da CPLP, ouro ainda para o atletismo e desporto adaptado; estreamos em grande nos Primeiros Jogos Paralímpicos da África Ocidental e recebemos uma etapa do Volleyball World Beach Pro Tour Futures na Laginha, em São Vicente.

Tiago Ribeiro

Bubista, o melhor de África

O seleccionador nacional de futebol, sénior masculino, Pedro Leitão, “Bubista”, venceu o prémio de Melhor Treinador Africano de 2025. Superou a forte concorrência de colegas do Egipto, Marrocos e do Senegal. Na gala CAF Awards, a confederação descreveu a jornada de Bubista e Cabo Verde rumo ao Mundial 2026 como uma viagem tranquila, inteligente e magistral, com o “toque de Bubista”.



Cabo Verde no CAN Feminino 2026

As meninas comandadas por Silveria Nédio, “Nita”, ajudaram a fazer a “dobradinha” de objectivos do futebol nacional com a qualificação, também ela inédita, ao Campeonato Africano das Nações (CAN) feminino 2026, em Marrocos, a ser realizado de 17 de Março a 3 de Abril de 2026. A título de curiosidade, a selecção nacional feminina fez seu primeiro jogo oficial em 2018 e volvidos oito anos, em 2025, estão qualificadas ao CAN 2026.

Basquetebol nacional em pé de guerra

A Federação Cabo-verdiana de Basquetebol (FCBB) passou e ainda passa por um momento complicado a nível administrativo. Por ora, até que a situação se resolva, quem conduz os destinos da FCBB é uma Comissão de Gestão, liderada por José Semedo, em detrimento de Hélder Gonçalves, presidente eleito da FCBB.

A decisão de dar a essa Comissão a autoridade para representar a FCBB foi do Instituto do Desporto e da Juventude (IDJ), presidida por José Eduardo dos Santos, anunciada a 17 de Novembro, em resposta do Governo a um conjunto de situações que levou mesmo à recusa formal dos jogadores nacionais em representar as cores nacionais caso Hélder se mantivesse à frente da federação.

Entretanto, Hélder Gonçalves diz estar à espera do fim do processo judicial e confirmou que interpôs um recurso no Tribunal de Praia no início de Novembro, pelo que espera e confia numa decisão judicial sobre a destituição.

Até decisão do Tribunal, a Comissão de Gestão da Federação Cabo-verdiana de Basquetebol, liderada por José Semedo é quem toma as rédeas do destino da seleção nacional nas provas internacionais.

Em meio à confusão, Emanuel “Mané” Trovoada foi demitido por Hélder Gonçalves, anunciou-se a contratação de treinador José “Zé” Baía (que nem chegou a estreiar) e a Comissão de Gestão reconduziu Trovoada que continua como selecionador nacional e liderou a seleção durante a primeira janela de qualificação ao Mundial 2027.

Jogos da CPLP: Ouro no futebol, atletismo e desporto adaptado

A delegação cabo-verdiana fechou os XII Jogos da CPLP em Dili, Timor-Leste, com três medalhas de ouro, nove de prata e 14 de bronze, perfazendo um total de 26 medalhas, tendo sido ultrapassada por Portugal e Angola, ficando com a no terceiro lugar da classificação geral.

O atletismo e desporto adaptado conquistaram 17 medalhas (dois ouro, sete prata e oito bronze) o futebol, uma medalha de ouro, o voleibol de praia uma de prata e uma de bronze, o basket 3x3 uma de prata, o xadrez quatro medalhas de bronze e o karaté contribuiu com uma insígnia de bronze.

A selecção nacional sub-17 sob orientação do selecionador nacional Jorge Conceição “Djodjê”, conquistou, a 26 de julho, a medalha de ouro inédita no torneio de futebol dos XII Jogos Desportivos da CPLP, ao vencer Angola por 4-3, nas grandes penalidades, após empate a um golo no tempo regulamentar.

A delegação cabo-verdiana aos XII Jogos Desportivos da CPLP foi constituída por 50 jovens atletas sub-18 e 12 treinadores, distribuídos por seis modalidades, designadamente atletismo, voleibol de praia, basquetebol 3x3, xadrez, karaté, futebol e desporto adaptado, sete árbitros, uma equipa médica composta por um médico e três fisioterapeutas, e dois chefes de missão.

Morreu Djodjê, selecionador nacional de sub-17 e campeão dos Jogos da CPLP 2025

A 26 de Agosto, três meses após a histórica conquista com os sub-17 nos XII Jo-

gos Desportivos da CPLP Jorge Conceição “Djodjê”, de 54 anos, selecionador Nacional de futebol Sub17, faleceu no Hospital Baptista de Sousa, em São Vicente, onde se encontrava em tratamento.

Djodjê era conhecido e reconhecido como sendo um dos treinadores mais titulados nos escalões de formação em Cabo Verde.

Como destacou Mário Semedo, presidente da Federação Cabo-verdiana de Futebol, Djodjê fez um “grande trabalho” nos escalões de formação, sendo uma figura muito importante no desenvolvimento do futebol jovem cabo-verdiano.

Cabo Verde com estreia histórica nos Primeiros Jogos Paralímpicos da África Ocidental

13 medalhas nos Primeiros Jogos Paralímpicos da África Ocidental, este foi o resultado da inédita participação cabo-verdiana. Os jogos aconteceram entre 26 de Novembro e 03 de Dezembro na Nigéria.

A comitiva participou nas modalidades de atletismo e tiro ao alvo e alcançou três medalhas nos 100 metros, três nos 200 metros e sete nas provas de tiro, distribuídas entre categorias individuais e misto.

O país terminou a competição como o terceiro me-

dalhado, facto que reforça, segundo os atletas e a Federação Cabo-verdiana de Desporto Adaptado (FECADA), o “potencial do desporto adaptado em Cabo Verde”.

“Laginha Pro Tour Futures” abre portas para circuito “Challenge” em 2026

Para fechar o ano desportivo e após o sucesso da realização do torneio mundial de voleibol de praia “Laginha Pro Tour Futures”, o Governo ambiciona subir a fasquia e acolher já em 2026 uma ou duas etapas da categoria que integra o circuito mundial Beach Pro Tour da FIVB, a “Challenge”. A proposta, garante o Executivo, já foi enviada à Federação Internacional de Voleibol (FIVB) e caso aceite, a prova deverá acontecer em julho de 2026, no Mindelo.

A informação foi avançada pelo ministro do Desporto, Carlos Monteiro, após a cerimónia de encerramento e premiação da competição internacional de voleibol de praia “Volleyball World Beach Pro Tour Futures”, realizada na praia da Laginha.

Como explicou a intenção é já em 2026, Cabo Verde receber uma etapa ou até duas, da Challenge do Voleibol de Praia. Da proposta já enviada à FIVB consta que uma seria realizada na praia de Lagi-

nha, em São Vicente e outra na praia de Santa Maria, no Sal.

A categoria Challenge do Voleibol de Praia (categoria acima da Pro Tour Futures), integra o circuito mundial Beach Pro Tour da FIVB, situando-se abaixo do Elite 16, oferecendo pontos para o ranking e prémios monetários, sendo uma etapa importante para as duplas que procuram ascender no panorama internacional.

Carlos Monteiro avança que as praias da Laginha e de Santa Maria deverão passar a ter uma arena permanente de nível internacional para, não só receber etapas internacionais importantes, mas também para dinamizar as competições a nível nacional.

Momentos marcantes de 2025

- Cabo Verde conquista medalha de ouro nos 200 metros livres no Campeonato Africano de Natação Sub-21, com o nadador Rohan Shearer.

- A atleta cabo-verdiana Mayra Duarte, conhecida como “Florzinha”, conquistou a medalha de ouro na sua categoria, laranja azul, nos jogos europeus e brasileiros da escola Abadá Capoeira, que decorreram em Lisboa, Portugal, de 13 a 21 de abril.

- Equipa de basquetebol Kriol Stars participa pela primeira vez no Basketball Africa League (BAL) e vai até ao “play off”

- Cabo Verde acolheu o 4º Congresso Olímpico da Lusofonia, que aconteceu nos dias 24 e 25 de abril, na cidade da Praia.

-Faleceu o Sensei Vítor Marques, vivia nos EUA e era uma das figuras mais emblemáticas do Karaté cabo-verdiano

- Morreu António Gomes “Preta”, antigo treinador, atleta e instrutor de árbitros de boxe

- Nelson Correia e Ivan Fortes conquistam Grande Trail Serra D’Árga, em Pirtugal, nos 17 e 31km

- Eliezer Soares sagrou-se tetra campeão na categoria Elite do Sprint Praia 2025, num percurso de 138 quilómetros.



Djodjê



O Mundo em 2025

O ano que agora termina poderá ser visto no futuro como um dos mais atribulados a nível internacional: duas guerras em curso – Ucrânia e Gaza – e outra de que ninguém fala (Sudão) ou se lembra do seu grito surdo. Uma administração americana que surpreende os seus cidadãos e o mundo com medidas repressivas, punitivas ou de pressão (universidades, caça e expulsão de imigrantes ilegais, taxas comerciais) e uma União Europeia dividida e à procura de um rumo, num tempo que parece ultrapassá-la.

Joaquim Arena

Medidas de Trump, taxas e guerra comercial

O ano começa com o regresso de Donald Trump à Casa Branca, após derrotar Kamala Harris nas eleições presidenciais de 2024 e com ele chega um conjunto de políticas proteccionistas e a prometida expulsão em massa de imigrantes ilegais, como primeira marca deste seu segundo mandato. O conceito MAGA (Make America Great Again, Tornar a América Grande Outra Vez) e o lema 'America First' (América primeiro) orientou este segundo mandato, criando rupturas na sociedade americana e um braço de ferro quase permanente com a Justiça, com vários tribunais a bloquearem a execução de algumas das suas decisões.

Muitos americanos e o mundo viram, estupefactos, o envio da Guarda Nacional para várias cidades governadas por democratas, numa

medida intimidatória, assim como a perseguição e intimidação de diversos meios de comunicação e adversários políticos. E no plano internacional, as medidas 'punitivas' ou coercivas contra outros países, assim como a União Europeia, China e Brasil, subiram de tom e tomaram a forma de taxas elevadas sobre produtos importados destes países. Nesta 'guerra comercial' foram visados países como o Canadá, o México, a China e o Brasil. Dos três, apenas o México cedeu, com Donald Trump a ter de recuar perante a firmeza dos restantes.

Este foi o ano em que Trump também lançou a confusão entre os seus alia-

dos tradicionais, nomeadamente da NATO, na questão da Guerra da Ucrânia, aproximando-se muitas vezes das posições favoráveis à Rússia nas negociações de paz, nesta parte final de 2025. As sondagens revelam um crescente descontentamento por parte dos americanos e os próprios republicanos já falam numa possível derrota nas eleições intercalares do próximo ano. O retorno estrondoso do início do ano poderá ter agora um sabor mais amargo em 2026.

Recuperando a chamada 'doutrina Monroe' (assuntos das Américas devem ser tratados pelos próprios) e dando-lhe uma interpretação intervencionista, neste final

de 2025, sob o pretexto do combate ao narcotráfico, Donald Trump ordenou mais de 20 ataques nas Caraíbas e no Pacífico contra embarcações suspeitas de transportar drogas, causando mais de 100 mortes. Uma campanha que muitos vêem como o primeiro passo para derrubar o presidente venezuelano Nicolás Maduro e apoderar-se do petróleo venezuelano, que Trump considera "nosso petróleo".

Irão bombardeado e paz frágil em Gaza

Ao longo de 12 dias Israel beneficiou do apoio dos seus aliados americano e euro-

peus para bombardear instalações nucleares iranianas, numa tentativa de destruir a capacidade nuclear do Irão, aproveitando a conjuntura política e militar favoráveis.

Outro dos acontecimentos importantes deste ano foi o fim dos bombardeamentos massivos e da morte de milhares de homens, mulheres e crianças, na Faixa de Gaza, com o acordo de paz assinado entre israelitas e o Hamas, dois anos depois do início do conflito.

A trégua, que resultou de pressões americanas, permitiu a saída faseada das tropas de Israel de Gaza e a troca de reféns israelitas por prisioneiros palestinos. O que permitiu a entrada da ajuda



humanitária e a sua distribuição por todo o território da Palestina. Após a entrega de todos os reféns e com a supervisão americana e da ONU, no próximo ano deverão ter início a desmilitarização da Faixa de Gaza.

Impasse na guerra da Ucrânia

Com avanços e recuos, ciclos de negociações envolvendo Trump, Zelensky e Putin, encontros, cimeiras, reuniões estratégicas, conversações várias, a guerra na Ucrânia continuou em 2025 sem uma solução à vista e com o número de mortes no terreno a subir. Ao longo do ano não cessaram os ataques russos contra infraestruturas energéticas e rede ferroviária, com a resposta ucraniana contra instalações petrolíferas em

território russo, bem como navios da 'frota fantasma comercial' russa.

A decisão de Donald Trump em mediar o conflito entre a NATO e a Rússia introduziu um elemento novo e de confusão na equação, ao mesmo tempo que pressionava Volodimir Zelensky para este aceitar as propostas apresentadas; e Putin ora avançando ora recuando perante as mesmas. E na UE, a indefinição sobre medidas a tomar em relação ao conflito, para além da falta de coesão e a crescente tensão com Moscovo revelaram um clima de subserviência política, económica e militar face a Trump e aos Estados Unidos.

Nos últimos dias deste ano, a UE aprovou finalmente um pacote de 90 mil milhões de euros para ajuda à Ucrânia. Dinheiro que irá, em grande parte, para a com-

pra de armas aos americanos para serem enviadas para Zelensky. No entanto, a decisão sobre que destino a dar aos muito falados activos russos, cativos em bancos europeus, não reuniu o consenso no seio da UE.

Papa Leão XIV

O mundo viu o fumo branco sair da chaminé da Capela Sistina, a 8 de Maio, no Vaticano, com Robert Francis Prevost, antigo conselheiro do falecido Francisco, a tornar-se, aos 69 anos, o primeiro papa americano. O conclave de cardeais foi dos mais breves, durante menos de 24 horas. Natural de Chicago e considerado um dos cardeais moderados, Robert Prevost adoptou o nome de Leão XIV, e é conhecido pelas suas preocupações sociais e

ecológicas, tendo servido por 20 anos como missionário no Peru.

Condenação e prisão de Jair Bolsonaro e generais golpistas

No maior país lusófono do mundo, a justiça brasileira impressiona o resto do mundo pela firmeza e determinação com que conduziu, mesmo sob pressão de Donald Trump, a acusação e o julgamento do antigo presidente Jair Bolsonaro e dos militares que o apoiaram, na tentativa de golpe de Estado e conspiração para assassinar Lula da Silva. Bolsonaro seria acusado pelo colectivo de juízes, liderados por Alexandre Moraes, a 27 anos e 3 meses de prisão; Walter Braga Netto a 26 anos; Almir Garnier a 24; Anderson Torres a 24; Augusto Heleno a 21; Paulo Sérgio Nogueira a 21; Alexandre Ramagem a 16.

Protestos da geração Z

Um pouco pelo mundo, África, América Latina e Ásia, os jovens da geração Z (menores de 30 anos) mobilizaram-se e saíram à rua contra a precariedade, o bloqueio das redes sociais ou a corrupção das elites. Da insegurança e corrupção no Peru, às exigências de políticas sociais em Marrocos, passando pelo Nepal, à

derrocada do governo do presidente malgaxe e sua fuga, ou pelas ruas da Tanzânia, as novas gerações mostraram destemor, desafiando a repressão e a violência dos governos.

Inteligência Artificial

As colossais fortunas investidas na IA e a criação de startups, o envolvimento das gigantes empresas tecnológicas, levaram alguns observadores a temer o efeito bolha, neste sector da inovação tecnológica. Segundo a consultoria americana Gartner, em 2205 os gastos globais em IA terão atingido 1,5 trilhão de dólares e devem superr 2 trilhões no próximo ano. A desinformação, violação de direitos autorais e demissões em massa, aumentaram os pedidos de regulação por parte dos governos.

Golpe de Estado na Guiné-Bissau

Na manhã do dia 26 de Novembro, véspera do anúncio do resultado das eleições presidenciais, o país sofre um golpe de Estado e o fim do processo eleitoral. Num comunicado, o brigadeiro-general Denis N'Canha, chefe do gabinete militar da Presidência, anuncia a tomada do controlo da Guiné-Bissau por um grupo de militares autoproclamado Alto Comando Militar para a Restauração da Segurança Nacional e da Ordem Pública. O líder do PAIGC, Domingos Simões Pereira, com mais companheiros, são detidos e o candidato presidencial da oposição, Fernando Dias, refugia-se na embaixada da Nigéria, em Bissau. O ex-presidente Omaru Sissoco Embaló deixa o país e fixa residência em Marrocos.





Jorge Lopes

Quando o desalinhamento institucional gera ruído político

Cabo Verde, Guiné-Bissau e a importância da coerência democrática

O golpe de Estado na Guiné-Bissau não deixou margem para ambiguidades no plano internacional nem no posicionamento do Estado de Cabo Verde. O Presidente da República e o Primeiro-Ministro condenaram, em tempo oportuno, a rutura da ordem constitucional, reafirmando valores democráticos que o país sempre proclamou. Foi depois dessa clareza institucional que o Parlamento foi chamado a pronunciar-se - e foi aí que, de forma inesperada, surgiu um ruído político que merece reflexão serena e responsável.

O ponto mais sensível reside, contudo, no desalinhamento entre órgãos de soberania. O Primeiro-Ministro, enquanto Chefe do Governo, condenou o golpe e apoiou as iniciativas regionais. O partido de que é líder determinou, no Parlamento, a rejeição da resolução que condenaria o golpe. Esta dissonância não configura qualquer ilegalidade, mas fragiliza a percepção de coerência institucional do Estado cabo-verdiano, sobretudo num dossier marcado por profundas ligações históricas, políticas e afetivas com a Guiné-Bissau.

O golpe de Estado na Guiné-Bissau representou uma rutura grave da ordem constitucional e um novo teste à resiliência democrática na África Ocidental. A reação da comunidade internacional foi rápida, firme e praticamente unânime. Organizações regionais e multilaterais, bem como parceiros bilaterais, condenaram sem ambiguidades qualquer tomada do poder pela força, reafirmando princípios que não admitem relativizações.

Cabo Verde, enquanto Estado, esteve à altura desse momento. O Presidente da República e o Primeiro-Ministro pronunciaram-se em tempo oportuno, com clareza política e sentido de responsabilidade, condenando o golpe, reafirmando a defesa do Estado de Direito e manifestando solidariedade com o povo guineense. A posição do Estado foi clara, coerente e alinhada com os valores democráticos que historicamente orientam a política externa cabo-verdiana.

É precisamente por isso que o episódio ocorrido no Parlamento merece reflexão. A Assembleia Nacional não foi chamada a suprir qualquer silêncio institucional. A posição do Estado já estava assumida e consolidada. Esperava-se, por isso, que o Parlamento acompanhasse, reforçasse ou, no mínimo, não fragilizasse esse posicionamento. Ao não conseguir aprovar uma resolução de condenação, acabou por introduzir um ruído político inesperado e desnecessário, revelador de um desalinhamento institucional que não beneficia a imagem externa do país.

Importa afirmá-lo sem ambiguidades: a decisão parlamentar

foi legítima, democrática e soberana. Nenhum órgão de soberania está juridicamente subordinado a outro. Contudo, a legitimidade formal não esgota a responsabilidade política, sobretudo quando estão em causa valores estruturantes como a democracia, o respeito pela vontade popular e a rejeição inequívoca da violência como meio de acesso ao poder.

As declarações de voto ajudam a compreender o contexto. O PAI-CV sublinhou a dimensão ética, humanista e pedagógica de um pronunciamento parlamentar, entendendo-o como um gesto de solidariedade democrática para com um país irmão. A UCID reafirmou, de forma coerente, a rejeição de qualquer tomada do poder pela força. Já o MpD invocou argumentos de soberania, prudência institucional e ausência de precedentes, defendendo que o Parlamento não deveria pronunciar-se sobre assuntos internos de outro Estado.

Esses argumentos merecem consideração, mas não estão isentos de crítica. A defesa da soberania não impede a condenação política de golpes de Estado, como demonstra a prática internacional e regional. A prudência institucional é uma virtude, mas pode transformar-se em retração excessiva quando conduz à ambiguidade em matérias essenciais. E a inexistência de precedentes não deve servir de justificação para abdicar de um gesto politicamente relevante quando o contexto o exige.

O ponto mais sensível reside, contudo, no desalinhamento entre órgãos de soberania. O Primeiro-Ministro, enquanto Chefe do Governo, condenou o golpe e apoiou

as iniciativas regionais. O partido de que é líder determinou, no Parlamento, a rejeição da resolução que condenaria o golpe. Esta dissonância não configura qualquer ilegalidade, mas fragiliza a percepção de coerência institucional do Estado cabo-verdiano, sobretudo num dossier marcado por profundas ligações históricas, políticas e afetivas com a Guiné-Bissau.

À procura de compreender este posicionamento, podem avançar-se várias hipóteses: uma leitura excessivamente formalista da soberania; o receio de instrumentalização político-partidária; a confusão entre o papel diplomático do Executivo e a função simbólica do Parlamento; a fadiga regional face à repetição de golpes; ou simples cálculo político conjuntural. Compreender estas razões não significa aceitá-las, mas permite enquadrar o debate com serenidade e rigor.

O essencial, porém, permanece. Quando o Estado fala com clareza em defesa da democracia, espera-se que os seus órgãos de soberania reforcem essa voz ou, pelo menos, não a fragilizem. O problema não foi a ausência de posicionamento do Estado, mas a incapacidade do Parlamento de acrescentar coerência, densidade e sentido histórico a uma posição já assumida.

A democracia não se afirma apenas quando é ameaçada internamente. Revela-se, sobretudo, quando não hesita em condenar a sua negação, onde quer que ela ocorra. Cabo Verde tem autoridade moral para o fazer. Preservá-la exige coerência institucional e a consciência de que, em determinados momentos, o ruído político pesa mais do que o silêncio — e muito

mais do que a clareza.

Num contexto regional marcado por sucessivas rupturas constitucionais, o papel dos parlamentos nacionais adquire uma relevância acrescida. Não apenas como instâncias deliberativas internas, mas também como espaços de afirmação simbólica de valores que transcendem fronteiras. Em democracias consolidadas, a palavra parlamentar projeta-se para além do hemiciclo e contribui para a construção de normas políticas partilhadas, sobretudo em regiões onde essas normas são frequentemente postas à prova.

No caso concreto, não se exigia ao Parlamento cabo-verdiano um gesto de intervenção nem de ingerência nos assuntos internos da Guiné-Bissau. Bastaria um sinal político claro, alinhado com a posição do Estado e com a prática reiterada da comunidade internacional, reafirmando princípios que Cabo Verde tem defendido com consistência ao longo da sua história democrática. A ausência desse sinal não compromete a democracia interna, mas limita o alcance externo da mensagem política do país.

Acresce que, para um Estado com o capital simbólico de Cabo Verde - frequentemente citado como exemplo de estabilidade, moderação e maturidade institucional na África Ocidental - a coerência entre órgãos de soberania não é um detalhe menor. É parte integrante da sua credibilidade. Sempre que essa coerência é fragilizada, mesmo que de forma involuntária, perde-se parte da força moral que sustenta a sua voz nos fóruns regionais e internacionais.

A Nação
Cabo Verde

alfa rádio
A diferença na arte de Comunicar

α@ Alfa-Comunicações
A diferença na arte de comunicar

PACOTES PUBLICITÁRIOS

Pacote Diamante - 95.000,00

1 página - Publicidade Revista
1 página - 2 edições no jornal
1 Spot - 30 dias na Rádio

Pacote Ouro - 55.000,00

1/2 página - Publicidade Revista
1/2 página - 2 edições no jornal
1 Spot - 30 dias na Rádio

Pacote Prata - 35.000,00

1/4 página - Publicidade Revista
1/4 página - 2 edição no jornal
1 Spot - 30 dias na Rádio

Preços com IVA incluído
Esta campanha é válida de
01 de Dezembro de 2025 a 31 de Janeiro de 2026

Telefone: (+238) 260 26 90/91
Email: comercial.grupoalfacv@gmail.com
Site: www.anacao.cv

f o t v
anacaocaboverde



João Serra*

O esquema de pirâmide ou a perigosa ilusão do dinheiro fácil

Os esquemas de pirâmide não constituem um fenómeno marginal nem uma sucessão episódica de burlas ingénuas. São estruturas financeiras fraudulentas recorrentes, altamente adaptáveis e historicamente persistentes, que exploram expectativas económicas frustradas, défices de literacia financeira e ambientes institucionais vulneráveis.(...) Lembre-se que, na economia como na vida, se algo parece bom demais para ser verdade, é porque, invariavelmente, é mentira.

Segundo relatos difundidos em publicações nas redes sociais e em conversas quotidianas – nos serviços, nos cafés e nas ruas – muitos cabo-verdianos terão caído, recentemente, no golpe do chamado “esquema de pirâmide”, isto é, na ilusão do dinheiro fácil.

Em Cabo Verde, onde a ostentação há muito vem ganhando terreno, a pressão para demonstrar sucesso imediato agrava o problema. Ver colegas de trabalho, vizinhos, familiares ou amigos a exhibir lucros (temporários) gera o receio de ficar de fora – o conhecido FOMO (“Fear of Missing Out”).

É este sentimento que, frequentemente, leva famílias a levantar poupanças bancárias, vender bens ou contrair empréstimos para “investir” no vazio, atraídas por promessas de ganhos astronómicos, imediatos e supostamente garantidos.

Os esquemas de pirâmide não constituem um fenómeno marginal nem uma sucessão episódica de burlas ingénuas. São estruturas financeiras fraudulentas recorrentes, altamente adaptáveis e historicamente persistentes, que exploram expectativas económicas frustradas, défices de literacia financeira e ambientes institucionais vulneráveis.

A lógica é simples, repetitiva e inexorável: não há criação de valor económico. O dinheiro dos novos aderentes serve para pagar rendimentos aos participantes mais antigos, criando a aparência de um negócio rentável e sustentável. Enquanto a entrada de novos fundos se mantém, o sistema aparenta funcionar; quando esse fluxo abranda, o colapso torna-se inevitável.

Este modelo foi popularizado no início do século XX por Charles Ponzi, que prometia retornos extraordinários com base em supostas oportunidades de arbitragem internacional. O esquema ruiu rapidamente, deixando milhares de lesados – mas a fórmula sobreviveu.

Ao longo da história, a pirâmide

reapareceu sob múltiplas formas. Nos anos 1990, a Albânia viveu um dos exemplos mais dramáticos: esquemas financeiros ilegais envolveram cerca de dois terços da população adulta, culminando num colapso económico que desencadeou instabilidade política e quase uma guerra civil em 1997.

Em Portugal, o caso da chamada “Dona Branca” demonstrou como promessas de juros muito acima do mercado podiam prosperar durante anos, sustentadas por confiança social e fraca supervisão financeira.

Mais recentemente, o colapso do esquema de Bernard Madoff, nos Estados Unidos – avaliado em dezenas de milhares de milhões de dólares – evidenciou que nem investidores institucionais nem sistemas financeiros avançados estão imunes. A fraude persistiu durante décadas, sustentada pela reputação do seu promotor e por uma aura de sofisticação técnica.

O episódio foi um alerta global: quando a promessa de rendimentos estáveis ignora os fundamentos económicos, a fraude pode esconder-se à vista de todos.

Na atualidade, os esquemas de pirâmide raramente se apresentam de forma rudimentar. Disfarçam-se como investimentos em criptomoedas, plataformas de negociação algorítmica, mineração digital, arbitragem cambial ou projetos associados à inteligência artificial.

Casos recentes envolvendo colapsos de plataformas cripto, esquemas de “staking” com rendimentos garantidos ou promessas de rentabilidade fixa em ativos altamente voláteis mostram como a inovação tecnológica é usada como verniz de credibilidade para mecanismos essencialmente fraudulentos.

A linguagem é sofisticada, os testemunhos multiplicam-se e os ganhos iniciais funcionam como prova social. Contudo, a regra fundamental dos mercados permanece inalterada: não existem rendimentos elevados e garantidos sem risco.

Em economias pequenas e abertas como a cabo-verdiana, a mecânica da fraude assume contornos particularmente perversos devido à estrutura social. Somos uma sociedade de “rosto”, onde as relações interpessoais são a moeda mais valiosa. Os arquitetos destas fraudes exploram esse capital social através da chamada “fraude de afinidade”.

O esquema não é vendido por um estranho; é promovido pelo primo, pelo padrinho, pelo colega de escritório que a vítima conhece há anos. Esta exploração da confiança – um abuso direto do espírito de “djunta-mon” – desarma o ceticismo natural.

A vítima pensa: “Se determinada pessoa está a ganhar dinheiro e já levantou os lucros, então é seguro”. O que não percebe é que essa pessoa, muito provavelmente, está a ser paga com o dinheiro que a própria vítima acaba de depositar. Esta cadeia de traição involuntária é o que torna o colapso tão socialmente destrutivo.

Do ponto de vista técnico, a insustentabilidade destes esquemas é inequívoca. Mesmo assumindo taxas modestas de crescimento, o número de novos participantes necessários para sustentar os pagamentos cresce de forma exponencial.

Num país com pouco mais de meio milhão de habitantes, essa progressão torna-se rapidamente impossível. O desfecho repete-se: a maioria perde, uma minoria ganha temporariamente e os organizadores desaparecem com os recursos, frequentemente transferidos para jurisdições externas, dificultando a recuperação dos ativos e a atuação das autoridades nacionais.

Do ponto de vista comportamental, importa desconstruir a psicologia da vítima e, mais inquietante, a do cúmplice. Em muitos casos, os participantes não são totalmente ingénuos. Existe um fenómeno de “cegueira deliberada” e de cinismo oportunista. Muitos entram conscientes de que se trata de uma pirâmide, mas acreditam que

serão mais espertos do que o sistema, saindo antes do colapso.

Esta mentalidade de “entrar cedo para sair cedo” transforma a vítima em predador. Quem recruta novos membros sabendo, ou suspeitando fortemente, que o esquema é insustentável, torna-se moral e criminalmente corresponsável pela fraude.

A resposta a este fenómeno não pode ser fragmentária nem episódica. Exige coordenação institucional, clareza normativa e uma atuação firme das autoridades públicas.

A Polícia Judiciária e o Ministério Público têm um papel central na investigação e responsabilização criminal; os tribunais, na aplicação célere e efetiva da lei; e o Banco de Cabo Verde, enquanto autoridade de supervisão, na emissão de alertas, na fiscalização de atividades não autorizadas e na prevenção da captação ilícita de poupança junto do público. Num contexto de crescente digitalização financeira, a vigilância regulatória torna-se ainda mais exigente.

Mas a repressão, por si só, chega sempre tarde. A prevenção deve ser assumida como prioridade estratégica do Estado. A literacia financeira não é um acessório pedagógico, nem uma matéria exclusiva de especialistas: é uma dimensão essencial da cidadania económica. Integrá-la de forma sistemática no sistema educativo, reforçá-la através dos meios de comunicação social e promovê-la junto das comunidades é investir na resiliência da sociedade contra a fraude e o oportunismo.

Para concluir, é crucial compreender: um rendimento garantido de 10%, 20% ou 30% ao mês é uma aberração financeira; a promessa de dinheiro fácil e rápido é o marcador mais fiável de uma fraude.

Lembre-se que, na economia como na vida, se algo parece bom demais para ser verdade, é porque, invariavelmente, é mentira.

Praia, 20 de dezembro de 2025

*Doutorado em Economia

Prevenção da corrupção em Cabo Verde, entre reputação e realidade



Denis Leite Rodrigues*

O dia 9 de dezembro, foi definido pela ONU com o Dia Internacional do Contra a Corrupção e num 2025 que celebra os cinquenta anos da independência de Cabo Verde torna-se oportuno refletir sobre o estado da prevenção da corrupção e das infrações conexas no país. A transparência, ética pública e confiança institucional continuam a ser fatores estruturais para o desenvolvimento democrático.

Apesar de ser frequentemente apresentado como referência africana, o país vive tensões entre reputação externa e percepção interna. Cabo Verde obteve 62 pontos no Índice de Perceção da Corrupção 2024, apesar da queda face a 2023. Dados do Afrobarometer 2023 mostram que muitos cidadãos acreditam que casos envolvendo figuras públicas não avançam ou não geram responsabilização. Uma boa classificação não garante confiança interna.

Cabo Verde assinou em 2003 a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, mas apenas a ratificou em 2018. A nível continental está entre os sete Estados africanos que ainda não ratificaram a Convenção da União Africana Contra a Corrupção, apesar do compromisso político assumido para 2025. Também não adotou o Protocolo Anticorrupção da CEDEAO que entrou em vigor em 2019, embora participe em redes regionais de combate à corrupção. Há alinhamento discursivo, mas atraso normativo.

O Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) foi criado em 2020 e iniciou funções em 2022. Existem relatórios de atividades, mas sem dados que permitam medir resultados ou impacto. As ações com jovens são positivas, porém insuficientes para avaliar transformação sistémica. Paralelamente, o Tribunal de Contas e a Procuradoria-Geral membros do CPC continuam sob liderança de

magistrados com mandatos expirados, fragilizando credibilidade institucional.

As alterações legislativas recentes revelam fragilidades técnicas, em 2021 a redução dos prazos de prescrição para crimes de corrupção podia ter permitido prescrição de processos. A correção legislativa só ocorreu em 2023, num exercício que revela risco de reformas sem análise de impacto, apesar de ter sido classificado com sendo um “lapso” de publicação da lei.

Os dados do Ministério Público mostram acumulação persistente de processos e risco de prescrição. Em 2022 período que coincide com o ano de funcionamento do CPC estavam pendentes 133 casos, dos quais 39 de corrupção e 69 de peculato. Entraram 19 novos processos e foram resolvidos 18, sem clarificação sobre condenações ou arquivamentos.

No ano judicial 2024/2025 o sistema iniciou com 135 inquéritos e terminou com 125, sendo de realçar 37 de corrupção e 64 de peculato. Em três anos foram resolvidos 62 processos, 23 de corrupção. A falta de dados sobre desfecho dos processos registados como resolvidos impede avaliar eficácia e o volume pendente sugere risco estrutural.

Existem sinais positivos, como a melhoria salarial de magistrados e a criação de juizes de instrução que podem reforçar a capacidade investigativa. Contudo persistem défices nas entidades responsáveis pela receção, análise e difusão de informação financeira, essenciais para investigação económico financeira. A aprovação da lei de whistleblowing para o sistema financeiro (lei do denunciante) em 2020 é relevante, embora isolada no sistema.

A capacitação técnica permanece limitada, Cabo Verde assinou em 2010 o acordo de estabelecimento da Academia Interna-

cional Anticorrupção IACA, com sede na Áustria, uma iniciativa conjunta do UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime) da OLAF (Organismo Europeu de Luta Antifraude) e da República da Áustria, mas nunca concluiu a adesão, limitando os profissionais nacionais no acesso à formação especializada e à atualização técnica.

A fiscalização de fundos públicos apresenta baixa taxa de responsabilização. A Inspeção-Geral das Finanças identificou irregularidades, mas poucas resultaram em sanção. Os resultados encaminhados ao Ministério Público ou Tribunal de Contas raramente são divulgados, reforçando percepções de impunidade.

Casos mediáticos permanecem sem esclarecimento, como o processo conhecido com a “Mafia dos Terrenos”, Fundo Turismo, Banco Cultura, Caso Emprofac e Mercado do Coco, processo de inquérito crime arquivado em Cabo Verde, embora os mesmos factos tenham originado investigações noutra jurisdição, ainda em curso, onde é referenciado um ex titular de cargo político e outros casos públicos relacionados com o poder autárquico.

Acrescem situações em que gestores públicos negociaram concessões do Estado e depois transitaram para empresas concessionárias, sugerindo fragilidade de controlo e uma cultura permissiva no exercício de funções públicas.

A inexistência de um Registo Central de Beneficiários Efetivos (RCBE) dificulta a identificação de pessoas politicamente expostas, familiares e associados com participações societárias em empresas contratadas pelo Estado. Esta opacidade limita avaliação de risco e prevenção dos conflitos de interesse. Num país de pequena escala, os riscos são ampliados.

O conflito estrutural entre

funções públicas e privadas agrava vulnerabilidades. Em que deputados e ex-deputados exerceram advocacia e nalgumas situações litigando contra o Estado em processos relacionados com tráfico de estupefacientes e posteriormente assumiram cargos políticos de destaque. Outros responsáveis de empresas públicas participaram em debates sobre legislação que afetava os setores onde atuavam.

A transparência e integridade exigem mais do que discurso e sem os mecanismos funcionais de controlo, dados acessíveis e responsabilização tempestiva, as políticas anticorrupção tornam-se instrumentais e incapazes de alterar comportamentos ou dinâmicas de poder.

O discurso político mantém-se vigoroso, mas a prática institucional mostra atrasos, mandatos expirados, processos parados e normalização de acumulação de cargos. Em alguns casos, a legislação parece responder a práticas já instaladas, institucionalizando-as, como o recém publicado Estatuto do Gestor Público.

A confiança pública é atingida pela demora no tratamento de casos graves, ausência de responsabilização e lentidão judicial. Muitos cidadãos percebem que a luta contra a corrupção depende mais de retórica do que de resultados concretos.

Cabo Verde construiu reputação internacional positiva, porém a realidade interna mostra fragilidades estruturais e impunidade persistente. A prevenção da corrupção e infrações conexas exige instituições fortes, fiscalização robusta e cultura de integridade. Enquanto mandatos expiram, processos acumulam-se e órgãos operam parcialmente, o país corre o risco de manter a prevenção da corrupção ligado ao ventilador.

Cabo Verde construiu reputação internacional positiva, porém a realidade interna mostra fragilidades estruturais e impunidade persistente. A prevenção da corrupção e infrações conexas exige instituições fortes, fiscalização robusta e cultura de integridade. Enquanto mandatos expiram, processos acumulam-se e órgãos operam parcialmente, o país corre o risco de manter a prevenção da corrupção ligado ao ventilador.

*(CAMS/CGSS)



Olímpio Tavares*

Que tipo de democracia temos em Cabo Verde?

“Parece-me claro que temos uma democracia agregativa, onde o povo elege os seus representantes e é esquecido durante os próximos 4 ou 5 anos, conforme a duração do mandato. (...) O que significa que o que importa mesmo são os votos e a maioria para governar. O que se faz depois não é da conta do povo, diz

A palavra democracia, no seu étimo, significa o poder do povo. Ou seja, o povo tem o poder de controlar, direta ou indiretamente, os atos governativos. Isso era assim quando a palavra foi criada na Grécia antiga, onde os cidadãos, que eram uma ínfima parte da população, participavam nas assembleias gerais para deliberar sobre os mais diversos assuntos.

No entanto, com a evolução social e o aumento da população, e a aquisição de direitos, sobretudo depois da revolução americana e revolução francesa, as democracias passaram a ser representativas em vez de diretas, por razões de praticidade.

Hoje em dia quando se fala da democracia é entendida como democracia representativa. No sentido genérico em que o povo escolhe os seus representantes através do voto, para governarem por um período delimitado de tempo. Após o término desse período, marca-se uma nova data das eleições, e o ciclo se repete ad infinitum.

Após esta breve introdução, chegou o momento de responder à pergunta inicial: que tipo de democracia temos em Cabo Verde?

Antes de avançar com a resposta, convém distinguir dois tipos de democracia: agregativa e deliberativa.

Uma democracia é considerada agregativa quando o povo

elege normalmente os seus representantes através do voto, mas depois não tem nenhuma influência sobre a forma como o país é governado.

Uma democracia é considerada deliberativa quando o povo, para além de eleger os seus representantes, tem oportunidade de influenciar o poder através de referendos, plebiscitos, ou outras formas de participação da sociedade civil, que é ativado constantemente quando os políticos querem tomar uma decisão de extrema importância para o país, e quando a sociedade civil quer fazer-se ouvir utilizando diversas formas de participação previstas na lei.

Perante esta classificação, parece-me claro que temos uma democracia agregativa, onde o povo elege os seus representantes e é esquecido durante os próximos 4 ou 5 anos, conforme a duração do mandato.

Neste modelo, não há uma clara vontade política em debater as ideias principais com a sociedade civil, que permitam que o país esteja na senda do desenvolvimento sustentável, utilizando as palavras das Nações Unidas.

O que há são tomadas de decisões, na maior parte das vezes, sem conexão com a sociedade civil, que é quase inexistente, que redundam em sucessivos fracassos em várias áreas de governação. Existem vários casos que mostram que

esse divórcio entre o poder político e a sociedade civil têm contribuído para o atraso do país, sobretudo nos últimos 50 anos.

Por exemplo, agricultura e pesca são atividades do sector primário onde trabalha grande parte da população ativa. No entanto, desde a independência do país não houve uma melhoria qualitativa digna de ser reconhecida. O que houve foi a repetição e continuação das mesmas práticas que vem desde o tempo colonial. Ou seja, não houve um investimento direcionado para o desenvolvimento destas atividades e com tudo que isso implica.

Outro exemplo é o setor educativo, onde as políticas educativas seguem uma estratégia top-down, ou seja, os professores limitam-se a obedecer de forma passiva as diretrizes do ministério, sem mais. Por outro lado, o que os professores têm a dizer e a propor sobre a melhoria da qualidade de ensino é, na maior parte das vezes, ignorado.

Esses dois exemplos e outros que podia trazer para aqui seguem o mesmo modelo de uma democracia agregativa. O que significa que o que importa mesmo são os votos e a maioria para governar. O que se faz depois não é da conta do povo, diz apenas respeito aos políticos, que, supostamente, são os únicos capacitados para tomarem as melhores deci-

sões, que, curiosamente, a realidade resiste em confirmar.

O que é certo é que até agora as decisões que têm sido tomadas pelos nossos políticos, quer a nível local quer a nível nacional, têm demorado em colocar o país na senda do desenvolvimento como os próprios desejam.

Há uma necessidade urgente de dar o passo decisivo que é transformar a nossa democracia agregativa em democracia deliberativa. O caminho é longo, mas é preciso começar antes que seja tarde demais.

Para que isso aconteça é necessário que os partidos políticos escolham os melhores para representarem o povo. Escolher pessoas que tenham provas dadas na sua área profissional em detrimento de pessoas que simplesmente carregam bandeiras partidárias nas campanhas eleitorais, mas sem competências relevantes para desempenharem determinadas funções.

Pessoas que tenham capacidade de diálogo e lidam bem com opiniões contrárias e críticas. Pessoas que percebam que quando o seu desempenho não contribui para o desenvolvimento da instituição que lidera ou deve mudar ou retirar, se for o caso.

Para terminar, diria que para termos uma democracia deliberativa e substantiva é fundamental que privilegiemos o mérito e responsabilização acima de tudo.

PUB



Navegue sem intermediários

www.anacao.cv



Prato cheio

Lasanha de frango com queijo

Ingredientes:

- 2 colheres de sopa de óleo
- 2 colheres de sopa de salsinha desidratada
- 1 peito de frango desfiado
- 1/2 colher de sopa de páprica (ou a gosto)
- 1 colher de café de sal (ou a gosto)
- 1/2 colher de café de pimenta-do-reino (ou a gosto)
- 1 colher de chá (rasa) de colorau
- 1 colher de café de orégano (ou a gosto)
- 1 colher de chá de salsinha (ou a gosto)
- 2 sachês de molho de tomate
- 250 gramas de massa de lasanha pré-cozida
- 300 gramas de mussarela fatiada ou ralada
- 100 gramas de queijo parmesão ralado

Modo de preparo

Coloque o forno para preaquecer a 180 °C. Se quiser, inclua outros temperos de sua preferência, como manjerição fresco, que combina muito com o molho de tomate, ou salsinha e cebolinha. Para molho de tomate caseiro, a medida é 600 gramas; Em uma panela grande, em fogo médio para alto, coloque o óleo e o peito de frango desfiado. Tempere com salsinha desidratada, sal, pimenta-do-reino, páprica e colorau. Misture bem e refogue por 1 minuto, mexendo de vez em quando para não queimar; Acrescente os sachês de molho de tomate, misture novamente e refogue por cerca de 5 minutos. Se preciso, acerte o sal e os temperos a gosto, em um refratário médio

(26 x 18 x 5,5 cm), coloque uma concha ou mais do molho de frango. É preciso criar uma camada; Por cima, faça uma camada com o queijo mussarela (rale ou adicione-o em fatias fininhas) e depois, faça uma camada da massa, evitando que elas fiquem sobrepostas. Repita o processo: molho de frango, mussarela e massa; Para a última camada, coloque o recheio de frango e rale queijo parmesão por cima. Leve ao forno preaquecido a 180 °C por cerca de 25 minutos. Fique de olho no tempo de cozimento da massa; Sirva a lasanha quentinha! Se quiser, regue com azeite ou com mais queijo parmesão ralado;



Caça-palavras

E T S E V T J R T I F O
 D E S T R E L A N L R E
 H H K D S L S H E R U S
 I I R U P S E U N D O Z
 A D S U S A M O R L O I
 E D U W F N Z E F R W U
 G O T A A E S E A R G E
 P R O E M F A Ç B E I K
 R V L E I N ã W R A E A
 W H N S L O C F I W H H
 E E E R I A R V O R E L
 R C E I A T E O R S D U

Encontre Procura palavras relacionadas com natal:

- SOLUÇÕES:
- ORAÇÃO
 - SOLIDARIEDADE
 - LUZ
 - ESTRELA
 - CEIA
 - PAZ
 - ARVORE
 - AMOR
 - FAMILIA
 - JESUS

Encontre sete diferenças



o?

★ MERRY CHRISTMAS

FIND 7 DIFFERENCES

SOLUTION

Talento

Filha da ilha do Fogo, radicada em Santiago, **Leonor Montrond Centeio** caracteriza o seu percurso como sendo cheio de sonhos, partidas, recomeços e sobretudo reinvenções... Cedo soube que a sua vocação era cuidar das pessoas, decisão que a levou ao Senegal, onde realizou a licenciatura em Enfermagem.

Foram nove anos de formação, estágios e trabalho em clínicas, marcados por muito esforço e dedicação. Em 2016 concluiu a formação e, apesar das oportunidades, decidiu regressar a Cabo Verde. Em 2021 o destino levou-a à Brava, no âmbito da campanha de vacinação contra a Covid-19.

Com o término do contrato, viu-se confrontada com o desemprego, um momento “silencioso”, onde descobriu algo novo, o crochê. “Começou como um passatempo para ocupar o tempo e a mente, mas rapidamente percebi que as minhas mãos poderiam criar mais do que cuidar das pessoas”, conta.

Recorda-se também, da sua infância em Chã das Caldeiras, onde observava a mãe cozinhando e foi com ela que aprendeu a transformar frutas “em tesouros”.

Hoje, enquanto aguarda uma nova oportunidade para retomar a enfermagem, Leonor divide as mãos entre o crochet e o aro-

ma dos doces e donetes. Produz peças artesanais, doces tradicionais e donetes que levam um pouco de doçura ao dia de quem os prova, pois, para Leonor, o fim de um contrato não significou o fim da sua história, mas o início de um novo capítulo.

Aos jovens, deixa uma mensagem: “Não desistam! O desemprego pode ser uma porta fechada, mas nunca um muro. Olhem para dentro de vocês, resgatem talentos guardados ou aprendam algo novo, a vida exige que a gente reinvente todos os dias, pode ser o caminho para descobrir versões ainda mais fortes de si mesmo”.



Juventude em Marcha apresenta “Problemas d’ Família II” no Mindelo



Marcha desloca-se a São Vicente para uma série de espectáculos de fim do ano, geralmente muito aguardados pelos são-vicentinos.

Conforme explicou Jorge Martins, “Problemas de Família II” é a continuação de “Problemas de Família I”, que aborda a vivência da família de Urbino e do senhor António, o professor que viajou da cidade da Praia para leccionar em Santo Antão.

A peça “Problemas de Família” foi um dos primeiros trabalhos produzidos pelo grupo teatral, fundado a 25 de Março de 1984, com um repertório de dezenas de peças, muitas das quais adaptadas ao cinema, destacando-se a longa-metragem Canjana.

Em 2024, foram realizados três espectáculos nos dias 27, 28 e 29 de Dezembro.

O primeiro espectáculo está agendado para esta sexta-feira, 26, às 21h e o segundo show para sábado, 27, à mesma hora. Os bilhetes custam mil escudos.

Todos os anos, no mês de Dezembro, Juventude em

A companhia teatral Juventude em Marcha apresenta nos dias 26 e 27, na Academia Jotamonte, em São Vicente, os tradicionais espectáculos de final do ano. Será apresentada a nova versão do espectáculo “Problemas d’ Família II”.

A Nação

Acontece



◀ - Concerto “Zeca Nha Reinalda - 50 anos de Carreira” na Assembleia Nacional, Cidade da Praia, sexta-feira, dia 26, às 20h

▶ - 21ª edição do Festival de Batuque “Nos Tradison”, na cidade do Tarrafal, Santiago, domingo, 28, às 15h



◀ - Concerto Assol Garcia, no Mindel Hotel na cidade do Mindelo, São Vicente, terça-feira, dia 30, às 19h.



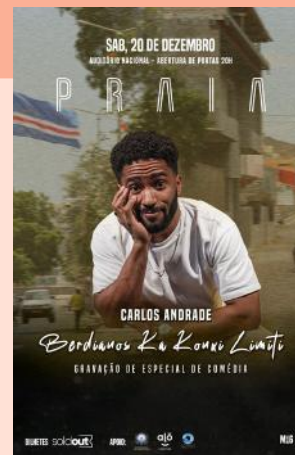
▶ - 2ª edição “Boi de Conjunto”, no Tchida Arena, nos Espargos, ilha do Sal, sábado, dia 27

▶ - “I Love Cabo Verde in Praia”, no Kontainer Spot Events, na Cidade da Praia, sábado, dia 27, às 22h



Aconteceu...

▶ - Show de Stand up Comedy com Carlos Andrade no Auditório Nacional, Cidade da Praia, Santiago.



APP
ÁGUAS DE PONTA PRETA



@AguasPontaPreta
aguaspontapreta.cv

APP

ÁGUAS DE PONTA PRETA

25 **anos**
2000~2025

garantia de
serviços básicos!
água
saneamento
energia



Classificados



ANÚNCIO DE CONCURSO PARA PREENCHIMENTO DE DUAS VAGAS DE PESSOAL DE APOIO OPERACIONAL 1 (UM) AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS E 1 (UM) ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Nos termos do n.º 5 do artigo 40.º da Lei n.º 42/VIII/2013, de 17 de setembro, alterada pela lei n.º 120/IX/2021, de 17 de março, torna-se público que, por deliberação da Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd), se encontra aberto um concurso para o preenchimento de 2 (duas) vagas: 1 Assistente Administrativo e 1 Ajudante de Serviços Gerais, para integrar no quadro de pessoal da CNPD.

A composição do Júri é a seguinte:

Presidente: Engenheiro Djamilson Pinto

Vogais: Dra. Isis Maria Rodrigues

Dr. Gerson Monteiro

O júri pode recorrer-se a terceiro para efeitos de avaliação psicotécnica dos concorrentes.

Regulamento do concurso

1- Requisitos de candidatura

- Para Assistente Administrativo, os candidatos devem possuir 12.º ano de escolaridade, oficialmente reconhecida, e estar em pleno gozo dos seus direitos civis e políticos.
- Para Ajudante de Serviços Gerais, os candidatos devem possuir 10.º ano de escolaridade, oficialmente reconhecida, e estar em pleno gozo dos seus direitos civis e políticos.
- Os candidatos devem ainda possuir os requisitos gerais para provimento em funções públicas.

2- Principais Responsabilidades:

2.1 - Para Assistente Administrativo

- Prestação de serviços de atendimento, informação e encaminhamento do público que se dirige à Comissão;
- Execução das tarefas de natureza administrativa indispensáveis à organização e gestão da Comissão;
- Execução de tarefas de apoio de toda a atividade da Comissão, mediante ordens, instruções e orientações, nomeadamente, autuação, registo e movimentos dos processos, organização e arquivo dos documentos, participação nos trabalhos da tesouraria e outras tarefas afins.

2.2 - Para Ajudante de Serviços Gerais

- Executar tarefas auxiliares, assegurando a higiene local e o apoio de documentação;
- Prestar funções de índole administrativo, designadamente a receção e entrega de expediente e encomendas.

3- Instrução da candidatura

- A candidatura deve ser dirigida ao Presidente e instruída com os seguintes documentos:
 - Requerimento contendo elementos de identificação, entre os quais o endereço eletrónico;
 - Curriculum vitae detalhado e atualizado;
 - Cópia de CNI/BI ou passaporte;

iv. Cópia certificada de habilitações literárias;

v. Certificado do registo criminal;

vi. Atestado Médico;

vii. Uma fotografia tipo passe;

b) Não será admitida a candidatura:

i. Apresentada fora de prazo;

ii. Apresentada por quem não reunir os requisitos exigidos no n.º 1;

iii. Desacompanhada dos documentos exigidos na alínea anterior, exceto fotografia.

4- Entrega da candidatura

a) A candidatura deve ser apresentada **no prazo de 20 dias corridos, a contar da última publicação do presente anúncio no Jornal**, na Secretaria da CNPD ou por correio para o endereço: Avenida da China, Rampa da Terra Branca, Apartado 1002, C.P. n.º 7600, Praia ou ainda através do endereço eletrónico: cnpd.concurso@gmail.com

b) Os que forem enviados por correio deverão ter carimbo com a mesma data.

5- Lista de candidatos

a) Findo o prazo de apresentação de candidaturas, o júri deverá elaborar, no prazo de 10 dias, a lista provisória dos candidatos admitidos a concurso e dos excluídos, com indicação fundamentada dos motivos de exclusão.

b) A lista de candidatos admitidos e não admitidos é afixada na sede da CNPD e, na mesma data, será publicitada no sítio da internet da CNPD, com menção da data da afixação.

c) Os candidatos excluídos poderão reclamar para o júri no prazo de 5 dias a contar da publicação da lista provisória.

d) Não havendo reclamações ou, se houver, depois de decididas, será afixada a lista definitiva de candidatos na sede da CNPD e, na mesma data, será publicitada no sítio da internet da CNPD, com menção da data da afixação.

6- Métodos de seleção

a) Após a avaliação das candidaturas apresentadas, será afixada uma lista dos candidatos admitidos e não admitidos;

b) As provas serão realizadas presencialmente na cidade da Praia, em local a indicar, exceto se justificar, em outros concelhos do país. →

6.1 - Para Assistente Administrativo

- a) O concurso é constituído por Triagem documental;
- b) Prova Escrita de Conhecimento, a qual é classificada de acordo com a escala de 0 (zero) a 20 (vinte) valores;
- c) Os candidatos aprovados na prova referida na alínea b) serão submetidos a testes psicotécnicos, classificados segundo parecer fundamentado com menção final **“favorável”** ou **“não favorável”**;
- d) Os candidatos com a menção final **“favorável”** no teste psicotécnico são submetidos a entrevista, a qual é classificada numa **escala de 0 (zero) a 20 (vinte) valores**;
- e) A classificação final, numa escala de 0 (zero) a 20 (vinte) valores, será calculada pela média aritmética da nota final obtida no teste de conhecimento que tem um peso de 60% (sessenta por cento) e na entrevista que equivale a 40% (quarenta por cento);

6.2 - Para Ajudante de Serviços Gerais

A seleção comporta três fases, com carácter eliminatório: 1ª Fase -

Pré-seleção/ Triagem documental; 2.ª Avaliação Curricular; 3ª Fase Entrevista, a qual é classificada numa escala de 0 (zero) a 20 (vinte) valores; e Seleção Final.

7- Lista de classificação final

No prazo de 10 dias úteis a contar da realização das entrevistas, o júri procederá à ordenação dos candidatos por ordem decrescente da média de classificação obtida e elaborará uma ata contendo a respetiva lista de classificação final e sua fundamentação, a qual será sujeita à homologação da CNPD.

8- Disposições finais

- a) Todas as decisões tomadas no processo de concurso são passíveis de reclamação e/ou recurso nos termos lei.
- b) Aplica-se, subsidiariamente e com as devidas adaptações, a legislação vigente sobre os concursos.

Regulamentos, local e data de realização de teste e outros incidentes do concurso são publicados no sítio www.cnpd.cv.

Praia, 19 de dezembro de 2025

O Presidente da Comissão Nacional de Protecção de Dados



ANÚNCIO

“HOSPITAL DE CABO VERDE (HCV)” ILHA DE SANTIAGO

A Direcção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado **“HOSPITAL DE CABO VERDE (HCV)” do proponente GOVERNO DE CABO VERDE** para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 16 de dezembro a 30 de janeiro nos seguintes locais:

- Site www.maa.gov.cv
- Página de Facebook do Ministério da Agricultura e Ambiente;
- Direcção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal da Praia;
- Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente Santiago Sul.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser entregues pessoalmente na Direcção Nacional do Ambiente/Delegações ou enviados para o contato eletrónico: rosiana.semado@maa.gov.cv com conhecimento de Celestino.Barbosa@maa.gov.cv

Cidade da Praia, 18 de dezembro de 2025

A Diretora Nacional do Ambiente

/ Ethel Fernandes Rodrigues /



ANÚNCIO

“MONSTER TRUCK – ALTERAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO” ILHA DO SAL

A Direcção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado **“MONSTER TRUCK – ALTERAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO”** para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 19 de dezembro a 23 de janeiro nos seguintes locais:

- Site www.maa.gov.cv
- Página de Facebook do Ministério da Agricultura e Ambiente;
- Direcção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal do Sal;
- Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente Sal.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser entregues pessoalmente na Direcção Nacional do Ambiente/Delegações ou enviados para o contato eletrónico: rosiana.semado@maa.gov.cv com conhecimento de Celestino.Barbosa@maa.gov.cv

Cidade da Praia, 22 de dezembro de 2025

A Diretora Nacional do Ambiente

/ Ethel Fernandes Rodrigues /





Ministério da Agricultura
e Ambiente
PROGRAMA DE PROMOÇÃO DE OPORTUNIDADES
SOCIOECONÓMICAS RURAIS

(Anúncio)
SOLICITAÇÃO PARA MANIFESTAÇÕES DE INTERESSE
(Empresa)

Achada São Filipe – Edifícios DGASP-UCP/Poser – Ministério da Agricultura – Praia, C.P. 236
Tel.238-264-00-24 / 8650 - 356-46-57; Fax:238/261-35-58

CABO VERDE
PROGRAMA DE OPORTUNIDADES SOCIOECONOMICAS RURAIS
(POSER)

Título da missão: Contratação serviço de arquivamento eletrónico de dados e documentos.

Número de referência: CPV-1604-0147-CS-CQS

Data: 24-12-2025

1. O Governo de Cabo Verde recebeu um Financiamento do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) para cobrir o custo de Programa de Oportunidades Socioeconómicas Rurais e planeia utilizá-lo parcialmente para esse serviço. A utilização dos fundos do FIDA está sujeita à aprovação do FIDA, nos termos e condições estabelecidos no acordo de financiamento e de acordo com as regras, políticas e procedimentos do FIDA. O FIDA e os seus agentes, representantes e funcionários serão isentos de toda a responsabilidade no que respeita a quaisquer ações legais, procedimentos, reclamações, exigências, perdas e obrigações de qualquer tipo e natureza que qualquer parte possa invocar em relação ao POSER.

2. Os Serviços (“os Serviços”) consiste na contratação de um gabinete especializada em arquivamento eletrónico para apoiar a Unidade de Coordenação do Programa (POSER) a executar o serviço de digitalização (scanning), organização, indexação e upload dos documentos físicos do Programa POSER.

3. Informações detalhadas são fornecidas nos termos de referência que deverão ser solicitados através do endereço eletrónico abaixo indicado.

4. O POSER (“o Cliente”) convida agora as empresas qualificadas (as “empresas”) a manifestarem interesse em prestar os serviços em causa. As empresas interessadas devem fornecer informações que demonstrem que possuem as qualificações exigidas e a experiência necessárias e relevantes na área do serviço.

5. Chamamos a atenção dos consultores interessados para a Política do FIDA sobre o Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo e sobre a Política Revisada do FIDA sobre a Prevenção da Fraude e da Corrupção nas suas Atividades e Operações². Este último estabelece as disposições adotadas pelo FIDA relativas a práticas reprováveis. O FIDA esforça-se também por garantir que as suas atividades e operações são realizadas num ambiente de trabalho saudável, livre de qualquer assédio, incluindo assédio sexual, e de qualquer exploração ou abuso sexual, conforme especificado na sua Política de Prevenção e Resposta ao Assédio Sexual e à Exploração e Abuso Sexual.³ Ao submeter este documento, certifica que leu e compreendeu a Política de Privacidade e concorda em obedecer à mesma.⁴

6. A Empresa não pode estar numa situação de conflito de interesses real, potencial ou razoavelmente perceptível como tal. Qualquer consultor em tal situação será excluído, a menos que expressamente aprovado pelo Fundo. Presume-se que existe um conflito de interesses quando um consultor, os seus funcionários ou empresas afiliadas (a) têm relações que lhes dão conhecimento inadequado de informações não divulgadas relativas ou que afetam o processo de seleção e

a execução do contrato, (b) respondem a mais de uma chamada para manifestações de interesse neste procedimento de aquisição, (c) têm laços profissionais ou familiares com um membro do conselho de administração ou funcionários do comprador, com o Fundo ou os seus agentes, ou com qualquer pessoa que tenha participado ou possa razoavelmente esperar-se que participe, direta ou indiretamente, (i) na preparação desta convocatória para manifestações de interesse, (ii) do processo de seleção para o contrato relevante, ou (iii) a execução deste último

7. O contrato resultante do presente concurso será executado de acordo com os Procedimentos de Avaliação Social, Ambiental e Climática do FIDA (PESEC), consultáveis no endereço abaixo: <https://www.ifad.org/en/social-environment-assessment-procedures>

8. A empresa é obrigado a comunicar permanentemente qualquer situação de conflito de interesses, real, potencial ou razoavelmente perceptível, que possa surgir durante a formulação da manifestação de interesse, o processo de seleção ou a execução do contrato. A não divulgação de tais situações pode, em particular, resultar na exclusão, rescisão do contrato ou qualquer outra medida apropriada, de acordo com a Política do FIDA sobre a Prevenção de Fraude e Corrupção nas suas Atividades e Operações.

9. A empresa será selecionada de acordo com o método CQS (Consultant Qualification Selection) explicado no Guia Prático de Aquisições disponível no site do FIDA no seguinte endereço: <https://www.ifad.org/fr/project-procurement>.

10. Os critérios de pré-seleção são os seguintes: (Mais detalhes no termo de referência):

- Negócio principal e anos de atividade;
- Experiência relevante no serviço de arquivarem;
- Conhecimento técnico e capacidade operacional.

11. Os especialistas-chaves não serão avaliados nesta fase.

12. As empresas podem associar-se com outras empresas para melhorar as suas qualificações, mas devem indicar claramente se a associação tem a forma de uma joint venture ou subconsultoria. No caso de uma joint venture, todos os parceiros da joint venture serão solidariamente responsáveis pela totalidade do contrato, caso forem selecionados.

13. Qualquer pedido de esclarecimento relativo ao presente anúncio à manifestação de interesse deverá ser feito por escrito e enviado nos endereços de correio eletrónicos abaixo das 08:30 às 16:30 (hora local) do dia 29 de dezembro de 2025 o mais tardar. O POSER responderá a todos os pedidos de esclarecimento até o dia 02 de janeiro de 2026.

14. As manifestações de interesse devem ser apresentadas em português e entregues por escrito dentro do prazo, com a menção “**Contratação serviço de arquivamento eletrónico de dados e documentos ref. CPV-1604-0147-CS-CQS**”, nos endereços abaixo indicados (pessoalmente ou por correio eletrónico), **até o mais tardar o dia 07 de janeiro de 2026.**

PROGRAMA DE OPORTUNIDADES SOCIOECONOMICAS RURAIS |
MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E DO AMBIENTE.

À atenção de: Jaime de Pina – Coordenador do POSER
Achada São Filipe – Complexo do Ministério de Agricultura e Ambiente do POSER

Praia, C.P. 236
Tel.238-264-00-24 / 8650 - 356-46-57;
Fax:238/261-35-58

E-mail: concursos.poser@ucp.gov.cv
CC.: lucilene.monteiro@ucp.gov.cv; iannic.nogueira@ucp.gov.cv; jaime.pina@ucp.gov.cv;

1 Esta política está definida no documento disponível no seguinte endereço: <https://www.ifad.org/fr/document-detail/asset/41942012>

2 Esta política está definida no documento disponível no seguinte endereço: <https://www.ifad.org/fr/document-detail/asset/40189695>.

3 Esta política está definida no documento disponível no seguinte endereço: <https://www.ifad.org/fr/document-detail/asset/40738506>

4 Esta política está definida no documento disponível no seguinte endereço: <https://ifad.org/fr/privacy>.



Banco Comercial do Atlântico, S.A.
Sede: Praia
E-mail: bca@bca.cv
Capital Social 1.324.765.000\$00

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Exmos. Senhores,

Nos termos legais e estatutários, convocam-se os Senhores Acionistas do Banco Comercial do Atlântico, S.A. para se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária**, no próximo dia **15 de Janeiro de 2026, pelas 15 horas e 00 minutos**, no Hotel Pérola, sito em Chã de Areia, Praia, Santiago, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

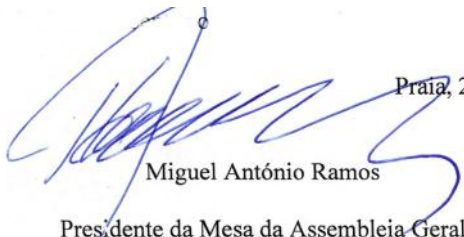
1. **Deliberar sobre a nomeação dos novos membros do Conselho de Administração, para o triénio 2026-2028;**
2. **Deliberar sobre a exoneração e quitação de responsabilidades decorrentes do exercício de funções dos administradores cessantes, com exceção dos casos de fraude, dolo ou negligência grave;**
3. **Deliberar sobre a nomeação dos membros da Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações;**
4. **Deliberar sobre quaisquer outros assuntos conexos ou complementares aos pontos anteriores que se revelem necessários à transferência do controlo acionista.**

Para além da presente convocatória, será posta à disposição dos Senhores Acionistas, para consulta, na sede social da Sociedade, a documentação de suporte.

Os Acionistas poderão, na reunião da Assembleia Geral Extraordinária, exercer o seu direito de voto, de acordo com o previsto nos termos legais e estatutários da Sociedade.

Os Acionistas poderão fazer-se representar na Assembleia Geral Extraordinária, bastando, como instrumento de representação, uma carta assinada, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Caso a Assembleia não poder reunir-se na data marcada, por falta de representação do capital exigido por lei e pelo contrato de sociedade fica desde já fixado o dia 27 de janeiro de 2026, para a realização da Assembleia Geral, podendo deliberar validamente seja qual for o número de Acionistas presentes ou representados e o capital por eles representado.


Praia, 22 de dezembro de 2025
Miguel António Ramos
Presidente da Mesa da Assembleia Geral



REPÚBLICA DE CABO VERDE Câmara Municipal do Sal

Anúncio de concurso público nº 16/CMSAL/2025. Aquisição de dois camiões de resíduos sólidos urbanos

1. **Entidade Adjudicante:** Câmara Municipal do Sal
 2. **Órgão competente para a decisão de contratar e órgão competente para autorizar despesa:** Câmara Municipal do Sal
 3. **Entidade responsável pela condução do procedimento:** Direção dos Serviços de Administração Patrimonial e de Contratação Pública.
 4. **Financiamento:** as despesas inerentes à celebração do contrato são financiadas e cabimentadas pelo Orçamento Municipal e pelo Governo de Cabo Verde (Fundo do Ambiente).
 5. **Objeto do Concurso:** Aquisição de dois camiões de resíduos sólidos urbanos (recolha do lixo)
 6. **Obtenção dos documentos do concurso:** O caderno de encargos do presente concurso pode ser obtido através do site Ecompras - <https://www.mf.gov.cv/web/ecompras>
 7. **Requisitos de admissão:** Podem ser admitidos os interessados com nacionalidade, sede ou estabelecimento principal na República de Cabo Verde que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo [70º] do Código da Contratação Pública.
 8. **Modo de apresentação das propostas:** As propostas devem ser entregues na sede da Câmara Municipal do Sal, Largo do Hotel Atlântico, cidade Espargos, ilha do Sal, Cabo Verde ou por correio registado ou correio eletrónico (contrataçãopublicacmsal@gmail.com) com aviso de receção para o endereço: Câmara Municipal do Sal, CP 141, Cidades Espargos ilha do Sal, Cabo Verde.
 9. **Língua em que devem ser redigidas as propostas, bem como os documentos que as acompanham:** Português
 10. **Data de apresentação de propostas:** os interessados devem entregar as propostas até o dia 12 de janeiro de 2026, até às 16H00.
 11. **Prazo de manutenção das propostas:** os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 60 dias.
 12. **Critério de adjudicação:** O critério de adjudicação é a proposta economicamente mais vantajosa.
 13. **Ato público:** O ato publico de abertura das propostas tem lugar no Pacos do Concelho, Câmara Municipal do Sal, salão nobre, dia 13 de janeiro de 2026, às 10H00 podendo no mesmo intervir todos os concorrentes e os representantes dos concorrentes devidamente credenciados para o efeito.
 14. **Lei aplicável ao procedimento:** lei no 88/VIII/2015 de 14 de abril e Regime Jurídico de Contratos administrativos (RJCA) – Lei no 20/2015 de 23 de setembro.
- Sal, Espargos, 22 de dezembro de 2025.

Presidente da Câmara Municipal do Sal



/PhD Julio António Lopes dos Reis/
Gabinete Presidente



AVISO DE ABANDONO DO LUGAR DE TRABALHO

Record Cabo Verde
Achada Santo António

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 244.º do Código Laboral Cabo-verdiano aprovado pelo (Decreto legislativo n.º 5/2007, de 16 de outubro, revisito pelo Decreto- Legislativo n.º 5/2010, de 16 de junho, e Decreto-Legislativo n.º 1º/2016, de 03 de fevereiro), torna-se público que o trabalhador abaixo identificado se encontra em situação de abandono do lugar de trabalho, por ausência injustificada superior a 10 (dez) dias consecutivos:

- Nome do trabalhador: **Jailson Varela**
- Função: **Operador de Imagens / Editor**
- Local de trabalho: **Record Cabo Verde - Achada de Santo António, Praia**
- Data de início da ausência: **29 de outubro de 2025**

Mais se comunica que, nos termos da lei, o contrato de trabalho poderá ser considerado resolvido por abandono, caso o trabalhador não compareça ao local de trabalho ou não apresente justificação válida da ausência, no prazo de 3 (três) a 5 (cinco) dias, contados da data da publicação do presente aviso.

Feito na Cidade da Praia, aos 15 de dezembro de 2025.

Rede Record de Televisão Cabo Verde, S.A.

Rede Record de Televisão Cabo Verde S.A
Código Postal 7602 - Praia - Cabo Verde
+238 534 03 81 +238 918 64 66
recordcv@recordcaboverde.com

ASA - Avenida Liberdade e Democracia
Edif. Manuel Honorato Mendonça Fern.

Record Cabo Verde
A Direção da Empresa




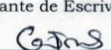

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTA CRUZ JUÍZO CÍVEL ANÚNCIO 1ª Publicação

Faz saber que, pelo Cartório do Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Cruz, correm termos uns autos de **Ação Especial de Suprimento de Consentimento n.º 09/2025-26**, em que é requerente Danilse Suelly Monteiro Pires e requerido **Júlio César Rocha Furtado Barros**, com última residência em Achada Fátima, é citado o requerido, para no prazo de **5 (cinco) dias**, que começa a correr depois de finda a dilação de **30 (trinta) dias** a contar da última publicação do anúncio, contestar querendo, os presentes autos, em que a requerente acima referido lhe move, cujo o pedido **consiste em suprir o consentimento do requerido Júlio Cesar Rocha Furtado Barros, para efeitos de solicitação de visto, a favor da Menor Neusa Dailine Pires Rocha Furtado, levantamento do passaporte junto à Secção Consular da Embaixada de Portugal na Praia, Autorização de saída da Menor do país, que seja conferido á requerente poderes para praticar todos os atos necessários, incluindo assinatura de documentos relacionados com o processo de pedido de visto, viagem e estadia do Menor no estrangeiro**, cujo duplicado da petição inicial e documentos apresentado, se encontra depositado neste cartório para lhe ser entregue, caso solicitar, ficando advertido de que a falta da contestação, importa a confissão dos factos articulados pela requerente.

Faz saber ainda de que não é obrigatória a constituição de Advogado nestes autos, da possibilidade de requerer o benefício de assistência judiciária a este Juízo, sendo em requerimento autónomo juntamente com a contestação ou em relação a Ordem dos Advogados de Cabo Verde, solicitando a designação de um patrono, juntando desde logo os elementos comprovativos da insuficiência económica, sendo no prazo máximo de DOIS DIAS, a contar da citação.

Cartório do Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Cruz, 15 de dezembro de 2025.

Juiz de Direito,

/Dr. Elisângelo Celestino Moreno Fernandes/

Ajudante de Escrivão

/Dulcelina Pereira Gomes Sanches/



REPÚBLICA DE CABO VERDE TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE FOGO - JUÍZO CÍVEL ANÚNCIO JUDICIAL = N.º 56/EP/TJCSF/2024/25 <<*****O*****>>

FAZ SABER que neste juízo, correm termos uns autos de Ação Ordinária de Simples Apreciação, n.º 204/2024, movido pelos AUTORES: **MANUEL ANTÓNIO GONCALVES MONTEIRO, CARLOS ANTÓNIO GONCALVES MONTEIRO E HENRIQUE JOÃO GONCALVES MONTEIRO**, maiores, naturais de Freguesia de São Lourenço, Concelho de São Filipe, residentes em Ponta verde e praia, representado pelo mandatário Judiciais Dr. Artur Cardoso, Manuel Roque Silva Jr. e Outros, com escritório e residência nesta cidade, contra o RÉU: **JORGE PEDRO MENDES CARDOSO**.

Por esta via fica citado o **JORGE PEDRO MENDES CARDOSO**, solteiro, natural de freguesia de São Lourenço, residente na parte incerta de Portugal, com ultima residência em Ponta Verde, Concelho de São Filipe, com as seguintes advertências legais:

Para no prazo de **VINTE DIAS**, depois os decorridos outros **TRINTA DIAS, contados da segunda e última publicação do anúncio**, para contestar, querendo, os presentes autos, movidos neste tribunal pelos Autores supra, pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial respetiva que se encontra neste cartório para lhe ser entregue logo que for solicitado, advertindo -lhe de que a falta da contestação, **importa** a confissão dos factos articulados pela autora; b) De que toda a sua defesa deve **ser deduzida na contestação** (art. 449º e do CPC); c) De que é **obrigatória** a constituição de advogado. d) De que, caso contestar a acção, deverá pagar o preparo inicial de 11.000\$00 dentro do prazo de CINCO DIAS, sob pena de efectua-lo acrescido da taxa de justiça de igual ao dobro da sua importância (art.58º, 61º e 66º do CCJ); e) De que, querendo e necessário for, poderá requerer o benefício de Assistência Judiciária (arts. 5º e ss. da LAJ); e f) De que goza ainda da faculdade de requerer à Ordem dos Advogados de Cabo Verde, através da sua sede na Praia, o benefício de Assistência Judiciária no que toca a Assistência Judicial, por Advogado, dentro do prazo de DOIS DIAS úteis, a contar da citação, apresentando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, e podendo aquela instituição ser contactada por telefone e por fax.

Para constar se passou o presente e mais três de igual teor que serão afixados nos lugares determinados legalmente.

Cidade de São Filipe, aos 28 de novembro de 2025


/Emanuela Pereira Lopes de Pina



Ref. n.º 1229 DGPOG/MS/2025

Assunto: **Auto de abandono de Lugar**

Junta remetemos o auto de abandono de lugar do Sr.º **Euclides Jorge de Barros Andrade**, Apoio Operacional Nível III, pessoal contratado da Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, colocado no Hospital Regional Dr. Santa Rita Vieira - Achada Falcão, Assomada, ilha de Santiago, solicitando e agradecendo os vossos bons officios no sentido de ser publicado no próximo número do vossos semanário.

Ciente da vossa habitual colaboração, aproveitamos a oportunidade para endereçar os nossos melhores cumprimentos.

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, Praia, 19 de dezembro de 2025.

O Diretor Geral,

/Albertino Fernandes/
Dir. Orçam. e Gestão



EXTRATO

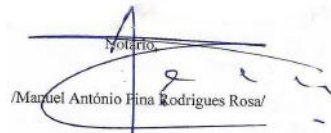
CERTIFICO, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que no dia dez do mês de Dezembro do ano dois mil e vinte e cinco, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, respetivo Conservador/Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número setenta e um, de folhas quarenta e oito a cinquenta, a escritura de Justificação Notarial, na qual o senhor **RENATO JORGE MACEDO LOPES**, contribuinte fiscal número um, seis, quatro, quatro, oito, seis, dois, seis, sete, divorciado, segundo declara, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, residente nos Estados Unidos da América, se declara dono e legítimo possuidor, com exclusão de outrem, do prédio urbano de rés-do-chão com dois quartos de dormir, sala de visita, cozinha, casa de banho e quintal, construído no terreno com a área de **cento e vinte e um virgula quinze metros quadrados**, situado em Lém de Baixo, ilha do Fogo, confrontando do Norte e Este com via pública, do Sul com ribeira São João e do Oeste com lote número 16, com valor matricial de dois milhões, novecentos e sessenta e quatro mil escudos, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Conceição sob o número **2089/0**, omissos nesta Conservatória/Cartório. Que, o referido prédio foi construído de raiz por ele justificante, com recurso a seu material e dinheiro num terreno, adquirido por compra efetuada à Câmara Municipal de São Filipe, ce-

lebrada por escritura pública em meados do ano mil, novecentos e oitenta e três. Que, todavia, e apesar das buscas efetuadas por ele justificante junto da Câmara Municipal de São Filipe, não conseguiu encontrar a escritura que titula esse contrato, impossibilitando-o, assim de fazer a primeira inscrição no registo predial, por falta de título que comprove a correspondente transmissão. Que, após a compra, o justificante entrou na posse do referido prédio, posse essa que dura há mais de quarenta anos, e sempre exercida pelo justificante sem a menor oposição, de quem quer que seja, desde o seu início, à vista de todos e sem interrupção, usufruindo de todas as utilidades do prédio, de forma pacífica, contínua e pública, suportando todos os encargos daí decorrentes, pelo que adquiriu o seu direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, aos dez de Dezembro de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00
Selo do acto.....200\$00.
Soma:.....1.200\$00
Processo n.º 1061326
Conta sob o n.º 202541507


/Manuel António Pina Rodrigues Rosa/



EXTRATO

CERTIFICO, narrativamente para efeitos de **segunda publicação** nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 15 de Dezembro de 2025, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 12, de folha 100 frente a 100 verso, uma escritura de **Justificação Notarial**, na qual o senhor **José Manuel Fernandes de Oliveira**, contribuinte fiscal número 189707496, solteiro, maior, titular do cartão nacional de identificação número 19650103M0131, emitida pela República de Cabo Verde, válido até 13 de outubro de 2026, residente na Cidade das Pombas – Paul, são donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, de um prédio urbano, medindo **dois mil quatrocentos e vinte e quatro metros quadrados**, situado em Pombas - Paul, confrontando do Norte com Vanda Nobre Oliveira, Sul com Via Pública, Este com Vanda Nobre Oliveira e Oeste com Prédio urbano de Estado, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santo António das Pombas, sob o número 1094/0, com o valor matricial de cento e vinte mil escudos, omissos no registo predial. Que, o referido prédio lhes veio a posse, por sucessão hereditária, por serem únicos herdeiros habilitado do falecido pai **António Augusto Oliveira**, conforme certidão de escritura de habilitação de herdeiros, lavrado no livro 12, de folhas a 39 frente a 39 verso, desta Conservatória e Cartório Notarial. Procederam ao registo da sua transmissão junto dos serviços Municipais competentes, no entanto, não ficaram a dispor de título formal suficiente que lhes permite fazer o respetivo registo na Conservatória, mas desde logo entraram na posse e fruição do prédio, posse essa que detém

sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja. Que essa posse, foi adquirida e mantida, sem violência e sem a menor oposição, ostensivamente, com o conhecimento de toda gente, de boa fé usufruindo de todas as utilidades do prédio, de forma pacífica, contínua e pública, em nomes próprios e com o aproveitamento de todas as utilidades do prédio, quer usufruindo como tal o imóvel, quer suportando todos os encargos daí decorrentes, pelo que adquiriram os seus direitos de propriedade por usucapião, o que invocam para efeitos de primeira inscrição no registo predial. Os interessados querendo podem impugnar esta escritura no prazo de 45 dias a contar da data da segunda publicação.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Paul, 17 de dezembro de 2025.

Art.º 20.4.....1.000\$00
Imposto de Selo..... 200\$00
Total.....1.200\$00
(Importa em mil e duzentos escudos).
Processo nº **1066055**.
Conta reg. sob o nº **202519846**.

A Conservatória/Notária,

/Djamilia Rocha Delgado/

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, Largo Cândido Oliveira - Cidade das Pombas, CP * Cabo Verde, Telefone +(238) 223 16 83 / VOIP (333) 2160, Email: Conservatoria.CartorioPaul@gov.cv

1º CARTÓRIO NOTARIAL DA PRAIA NOTÁRIA: HELENY PATRICIA SILVA VARELA

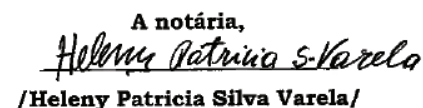


EXTRATO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **Primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia **12.12.2025**, a folhas **100** do livro de notas para Escrituras Diversas número **364**, deste Cartório Notarial, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de **Maria Gracinda Antonieta Fidalgo Ramos Évora**, nos termos seguintes:

1. Que no dia seis de outubro de dois mil e vinte e cinco, na freguesia de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, concelho de Almada, Portugal, faleceu Maria Gracinda Antonieta Fidalgo Ramos Évora, aos cinquenta e nove anos de idade, no estado civil de solteira, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, e que teve a sua última residência habitual em Rua Zeca Afonso, nº 8, 5ºC, Santa Iria de Azoia, São João da Talha e Bobadela, Loures;
2. Que a falecida não fez testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade, e deixou como única herdeira, a sua filha **Tiffany Roseanne Évora Almeida Oliveira**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Portugal. Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo Decreto-lei n.º 9/2010, de 29 de março.

Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, em 12 de dezembro de 2025.

A notária,

/Heleny Patricia Silva Varela/

CONTA:1063397/2025
Art. 20.4.21000\$00
Selo do Acto 200\$00
Total.....1.200\$00.
Importa o presente em mil e duzentos escudos.

EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50- 1ª Série, que no dia dezasseis do mês de Dezembro do ano dois mil e vinte e cinco, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, respetivo Conservador/Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número setenta e um, de folhas setenta e quatro verso a setenta e seis, a escritura de Justificação Notarial, na qual a senhora **LEOPOLDINA ANDRADE DA SILVA BARBOSA**, que também usa **LEOPOLDINA ANDRADE DA SILVA**, contribuinte fiscal número um, dois, um, seis, dois, quatro, quatro, zero, quatro, divorciada, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, residente nos Estados Unidos da América, se declara dona e legítima possuidora, com exclusão de outrem, do prédio urbano: edifício de rés-do-chão com sala, três quartos, wc e quintal, situado em Santa Filomena, ilha do Fogo, construído no terreno com a área de **cento e trinta e um vírgula setenta e seis metros quadrados**, confrontando do Norte com baldio, do Sul com beco, do Este com via pública e do Oeste com lotes números 72 e 73, com valor matricial de dois milhões, cento e quarenta mil escudos, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Conceição sob o número **1899/0**, omissos nesta Conservatória/Cartório.

Que, a justificante construiu o referido imóvel com recurso ao seu material e dinheiro num trato terreno adquirido por compra efetuada a Augusto Pina Centeio, celebrada

por contrato meramente particular no ano mil, novecentos e oitenta e quatro. Que, todavia, a natureza meramente particular do referido contrato, impossibilita-a de fazer a primeira inscrição do dito imóvel no registo predial, visto que não há título que comprove a correspondente transmissão.

Que, a justificante está na posse do referido imóvel há mais de quarenta anos, e sempre exercida pela mesma sem a menor oposição, de quem quer que seja, desde o seu início, à vista de todos e sem interrupção, usufruindo de todas as utilidades do prédio, de forma pacífica, contínua e pública, suportando todos os encargos daí decorrentes, pagando as respetivas contribuições e impostos, pelo que adquiriu o seu direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe aos dezasseis de Dezembro de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.0. 4.2.....1.000\$00
Selo do acto.....200\$00
Soma:.....1.200\$00

Processo n.º 1065080

Conta sob o n.º 202542242

Notário
/Manuel António Pina Rodrigues Rosa/

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de São Filipe, Avenida Amílcar Cabral - São Filipe - Fogo, CP 13, Cabo Verde, Telefone +(238) 281 11 54, +(238) 281 11 54/VOIP (333) 8101, Email: Conservatoria.CartorioFogo@gov.cv

EXTRATO

CERTIFICO, narrativamente para efeitos de **segunda publicação** nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 15 de Dezembro de 2025, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 13, de folha 4 frente a 5 frente, uma escritura de **Justificação Notarial**, na qual o senhor **Pedro Aleixo da Luz**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, residente em Rocha Grande, Paul, se declara, dono e legítimo possuidor, com exclusão de outrem, de um prédio urbano, de 1º andar, coberto de betão e telha, construído de pedras e blocos, composto no rés do chão por uma sala, duas casas de banho, uma escada de acesso no exterior e uma cozinha medindo 177.08 metros quadrados, no primeiro andar é composto por dois quartos de dormir com uma área aberto medindo 136.47 metros quadrados e uma área para pratica de agricultura medindo 435.23 metros quadrados e duas ruínas com uma área de 30.75 e 9.57 metros quadrados, situado em Rocha Grande, Paul, confrontando do Norte com Ribeira, Sul com Estrada e Este com Elvira Wanhon e Oeste com Ribeira, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santo António das Pombas, sob o número **384/0**, com o valor matricial de duzentos e cinquenta mil escudos, omissos no registo predial.

Que, o referido prédio veio à posse do justificante, por compra feito ao senhor António Joaquim da Luz, no ano de 1990, altura em que entrou em posse do referido prédio, tendo procedido ao registo da sua transmissão junto dos serviços da Câmara Municipal do

Paul, entretanto, não ficou a dispor de título formal que lhe permite fazer o registo na Conservatória. Mas desde a data da referida compra entrou na posse e fruição do prédio, posse essa que detém sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja há trinta e cinco anos.

Que a sua posse, titulada, foi adquirida e mantida, sem violência e sem a menor oposição, ostensivamente, com o conhecimento de toda gente, de boa fé usufruindo de todas as utilidades do prédio, de forma pacífica, contínua e pública, em nome próprio e com o aproveitamento de todas as utilidades do prédio, quer usufruindo como tal, quer suportando todos os encargos daí decorrentes, pelo que adquiriu o seu direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial. Os interessados querendo podem impugnar esta escritura no prazo de 45 dias a contar da data da segunda publicação.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paúl 17 de dezembro de 2025.

Art.20.4.2.....1.000\$00
Imposto de Selo200\$00
Total1.200\$00

(Importa em mil e duzentos escudos).
Processo nº **1066037**.

Conta reg. sob o nº **202519844**

A Conservatória/Notário
/Diamila Rocha Delgado/

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, Largo Cândido Oliveira - Cidade das Pombas, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 223 16 83 / VOIP (333) 2160, Email: Conservatoria.CartorioPaul@gov.cv

PRIMEIRO CARTÓRIO NOTARIAL DA PRAIA

NOTÁRIA: JOSELENE SAFIRA DO SOUTO ANDRADE GOMES

EXTRATO

CERTIFICO narrativamente para efeitos da Primeira publicação, nos termos do Artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, que no dia 17.12.2025, a folhas 68 e 69 do livro de notas para escrituras diversas número 365 deste Cartório Notarial, a meu cargo, foi exarada uma **Escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de Carlos Alberto Lima Miranda**, nos termos seguintes:

1. Que no dia doze de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Hospital Agostinho Neto, freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, faleceu Carlos Alberto Lima Miranda, aos oitenta e cinco anos de idade, no estado civil de casado sob o regime de comunhão geral de bens com Lourdes de Fátima Sena de Carvalho Lima Miranda, natural que foi da Guiné Bissau, de nacionalidade cabo-verdiana, filho de Fernando Lima Miranda e Maria Socorro Pina, que teve a sua última residência habitual em Terra Branca, Praia.

2. Que o falecido não fez testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros, os seus filhos:

a) **Carla Cristina de Fátima Sena Carvalho Lima Miranda Spínola**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com Daniel Euricles Rodrigues Spínola, natural da Guiné Bissau, de nacionalidade cabo-verdiana, residente em Suíça;

b) **Nelson Jorge Sena Carvalho Lima Miranda**, solteiro, maior, natural de Portugal, de nacionalidade cabo-verdiana. residente nos Países – Baixos;

c) **Lara Ingrid de Sena Carvalho Lima Miranda**, solteira, maior, natural da Guiné Bissau, de nacionalidade cabo-verdiana, residente em Portugal.

3. Que não existem outras pessoas que segundo a lei prefiram os mesmos herdeiros ou com eles possam concorrer a sucessão do falecido.

Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência. nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo Decreto-lei n.º 9/2010, de 29 de março.

Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia. em 17 de dezembro de 2025.

CONTA:1067724/2025

Artigo 20º 4.2.....1.000\$00
Selo do Acto200\$00
Total1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos.

do Souto Anjo.
A Notária
/Joselelene Safira do Souto Andrade Gomes/

Primeiro Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notaria. Lie: Joselelene Safira do Souto Andrade Gomes NIF- 353331112



Este espaço é para o seu
pequeno anúncio!

Ministério
da Justiça

Direcção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

Certifico, narrativamente, para efeitos de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014 e 20 de agosto, que de fls. 16 verso a fls. 17 verso do livro de notas para escrituras diversas número 5 - A desta Conservatória/Cartório Notarial de Mosteiros, se encontra exarada uma escritura de **JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL**, com a data de doze de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, na qual o Senhora **MARIA MENDES OLIVEIRA**, NIF167707906, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho de Mosteiros, residente nos Estados Unidos da América, se declara dona e legítima possuidora, com exclusão de outrem de um prédio urbano, localizado em Queimada Guincho, com área de **duzentos e vinte virgula quarenta e um metros quadrados**, confrontando ao norte com José Oliveira, este Via Pública, sul com caminho e oeste com via pública e José Oliveira, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda sob o número 1649/0, com o valor matricial de um milhão e seiscientos mil escudos, omissos no registo predial.

Que não adquiriu o referido prédio urbano por compra, tendo-se apropriado do mesmo no ano de mil novecentos e noventa e quatro, procedido a sua inscrição na matriz, solicitada a respetiva licença de construção e nele edificado, com o seu próprio esforço, recursos financeiros e materiais, a sua moradia, não dispondo, contudo, de título bastante

para efeitos de registo predial.

Que está na posse e fruição do imóvel desde a referida apropriação, e o vem exercendo sucessivamente e em nome próprio, de forma pacífica, de boa-fé e ostensivamente com conhecimento de toda a gente, aonde vem atuando como verdadeiro proprietário e sem oposição de outrem, pelo que julga ter adquirido nas circunstâncias descritas o direito de propriedade sobre o referido imóvel, por usucapião, o que ora invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial. Está conforme o original.

Cidade Igreja e na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial dos Mosteiros, aos quinze de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

Processo sob o nº 1063546/2025

Artigo 20.º 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:1.200\$00- São: Mil e duzentos escudos.

O Conservador/Notário P/S,

/Roberto Carlos Barros Ferreira/

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial dos Mosteiros, São Miguel - Cidade Igreja, Mosteiros - Fogo, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 283 10 44/VOIP (333) 8345, Email: RNI.Mosteiros@gov.cv
www.governo.cv/governodecaboverde/caboverde.gov

Ministério
da Justiça

Direcção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

CERTIFICO, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia vinte e sete do mês de março do ano dois mil e vinte e cinco, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e seis, de folhas noventa verso á noventa e um verso, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

No dia doze do mês de setembro do ano dois mil e quinze, no hospital Dr. Baptista de Sousa, freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde teve a sua última residência habitual em Fonte Inês, faleceu a referida **Maria Nascimento Rocha**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho de Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, no estado de solteira.

A falecida não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, e sucederam-lhe, como herdeiros legitimários, os seus filhos, a saber: **a) Irodina Rocha Spencer**, acima devidamente identificada; **b) Helena Rocha Spencer Lopes**, casada com João Simão Spencer Lopes, sob o regime da comunhão geral de bens; **c) Eloisa Rocha Spencer**, solteira, maior; **d) Rosa Rocha Spencer**, solteira, maior; **e) Eduíno Rocha da Graça Spencer**, à data do óbito solteiro, maior, sendo atualmente casado

com Kaly Delgado da Graça Spencer, sob o regime da comunhão de adquiridos; **f) Silvino Rocha Spencer**, solteiro, maior; **g) Armando Rocha Spencer**, solteiro, maior; **h) Maria da Luz Rocha Spencer**, solteira, maior, todos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, onde residem.

Não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança da referida **“de cujus”**.

Os interessados querendo, podem impugnar judicialmente esta escritura nos termos de artigo 87 do Código do Notariado.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:.....1.200\$00

Processo nº 1034329

Conta nº 202515150

O Notário,

/Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva/

DGRNI, Segundo Cartório Notarial de São Vicente, Rua Abílio Duarte no 9º, Monte Sossego, São Vicente, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 231 31 00 / VOIP (333) 3108, (333) 3110, Email: SegundocartorioSV@gov.cv
www.governo.cv/governodecaboverde/caboverde.gov

Ministério
da Justiça

Direcção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

CERTIFICO, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia 15 de Dezembro de 2025, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 13, de folhas 05 verso a 6 frente verso, uma escritura de **habilitação de herdeiros**, na qual foi declarado o seguinte:

Que, no dia dezoito de maio de dois mil e vinte e três, faleceu no Hospital João Morais, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho da Ribeira Grande de Santo Antão, **Manuel Jesus da Cruz**, de sessenta e oito anos de idade, no estado de solteiro, que foi natural da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul- Santo Antão, com última residência habitual em Janela - Paul.

Que, o falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários os seus filhos, a saber: **a) Dóri Edson Ramos da Cruz**, casado, com Arilda dos Anjos Monteiro da Luz da Cruz, sob o regime de comunhão geral de bens, residente em Portugal; **b) Paulo Renate Ramos da Cruz**, solteiro, maior, residente em Janela; **c) Andrea Sofia Ramos da Cruz**, solteira, maior, em Portugal; **d) Vania Cilene Ramos da Cruz**, solteira, maior, residente em Santiago. Todos naturais da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul.

Que, não existem outras pessoas que segundo a lei prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido Manuel Jesus da Cruz.

Mais se informa-que, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, 17 de dezembro de 2025.

Art.20.4.2.....1.000\$00

Imposto de Selo200\$00

Total.....1.200\$00

(Importa em mil e duzentos escudos).

Processo nº 1066068.

Conta reg. sob o nº 202519882.

A Conservador/Notário,
/Djamila Rocha Delgado/

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, Largo Cândido Oliveira - Cidade das Pombas, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 223 16 83/VOIP (333) 2160, Email: Conservatoria.CartorioPaul@gov.cv

Ministério
da Justiça

Direcção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**NOTÁRIO P/S: FELISMINO MONTEIRO BENCHIMOL****EXTRATO**

CERTIFICO, para efeito da **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 1ª Série, que no dia vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Cartório Notarial, sito na Cidade de João Teves, perante mim, **Felismino Monteiro Benchimol**, Conservador Notário P/S no Cartório Notarial de São Lourenço dos Órgãos, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 20/A, a folhas 49 e verso, a seguinte habilitação:

Que têm pleno conhecimento do facto a seguir mencionado determinante da seguinte habilitação:

Que no dia **quatro** do mês de **setembro** do ano **dois mil e cinco**, faleceu em Massachusetts, Estados Unidos da América, sem testamento ou disposição de última vontade a **Sra. GUIOMAR PIRES FERNANDES**, solteira, natural que foi de Nossa Senhora da Luz - São Vicente e com última residência em Massachusetts.

Que lhe sucedeu como seu único herdeiro, o filho legitimário:

JOSÉ ZITO FERNANDES MON-

TEIRO, que também usa o nome **José Fernandes Monteiro** maior, solteiro, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Luz, São Vicente, residente nos Estados Unidos da América.

Que não há outras pessoas que segundo a lei prefiram ao mesmo herdeiro ou que com ele possa concorrer na sucessão.

Nos termos do número 5 do artigo 86ºA e 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de São Lourenço dos Órgãos vinte e três de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

O Notário, P/S
/Felismino Monteiro Benchimol/

1.000\$00

CONTA: Conta: 1072950/2025

Artº.20.4.2.....1.000

Imposto de Selo..... 200\$00

Total.....1.200\$00

(Importa em mil e duzentos escudos)

www.governo.cv/governodecaboverde/caboverde.gov

VENDE-SE

Terreno na localidade de Covão Lourenço no concelho de São Domingos – Santiago, com 406.10m². Uso habitação Misto.



Contacto: (+238) 999 52 69



TABELA DE PREÇOS*

Classificados

- Anúncios com logos a cores para mais facilmente identificar o anunciante.
- Anúncios judiciais cuidadosamente publicados para serem legíveis

IMPRESSO

Páginas	Dimensão	Valor (CVE)	
		Empresa	Particular
1	25,9 x 31,5 cm	35.000,00	26.000,00
1/2	25,9 x 16,2 cm	18.500,00	14.000,00
3/8	12,9 x 23,5 cm	12.500,00	9.800,00
1/4	12,9 x 16,2 cm	9.500,00	7.800,00
1/8	12,9 x 7,8 cm	5.000,00	4.500,00

* Os preços incluem IVA

ONLINE

Comunicados e anúncios: condições especiais podem ser negociadas.

Telefone: +238 260 26 90 (PBX)

www.anacao.cv/como anunciar

email: comercial.grupoalfacv@gmail.com



FARMÁCIAS DE SERVIÇO

QUINTA - 25 de Dezembro

FARMÁCIA 2000
Achadinha Baixo - T: 261 56 55

AVENIDA
Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

SEXTA - 26 de Dezembro

MODERNA
Plat. - Av. Amílcar Cabral - Tel: 261 27 19

LEÃO
Mindelo - T: 232 66 04

SÁBADO - 27 de Dezembro

CENTRAL
Plat. - Av. Amílcar Cabral - Tel: 261 11 67

NENA
Mindelo - T: 232 22 92 / 231 86 11

DOMINGO - 28 de Dezembro

SANTO ANTÓNIO
ASA - T: 262 11 86

HIGIENE

SEGUNDA - 29 de Dezembro

AFRICANA
Plat. - Av. Amílcar Cabral - Tel: 261 59 55

JOVEM
Mindelo - T: 232 45 30

TERÇA - 30 de Dezembro

AVENIDA
Fazenda - Av. C. de Lisboa - 261 36 90

MINDELO
Mindelo - T: 232 74 65

QUARTA - 31 de Dezembro

STA ISABEL
A.S.A. - Frente B.V. - 262 37 47

AVENIDA
Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17